
12 – AS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS

Cada trabalhador, homem e mulher, é uma pessoa [...] com uma história própria, com um destino, com uma vida toda especial, porque é única. Estes são motivos [...] suficientes para manter, acima de tudo, em qualquer organização, sempre viva a “chama” do respeito e da consideração por cada ser humano. Juntos esses “seres humanos” constroem um projeto, um produto, uma coisa [...]. Porém, estes serão sempre os arquitetos desta própria construção (PRIMEIRO ENCONTRO..., 1995).

12.1 – Considerações introdutórias

Como vimos no capítulo anterior, há um universo deveras expressivo da difusão das idéias cooperativistas e associativistas no âmbito do espaço agrário estudado. De forma que podemos dizer que as organizações formadas a partir do trabalho da CPT/AC e dos STRs são, na atualidade, aquelas que mais prosperam. Então, como viemos apresentando, com base em levantamento prévio, chegamos ao número de “onze organizações” como as mais expressivas da região. Agora neste capítulo, ainda em busca de apreender a expressão territorial dessas organizações, nos deteremos a estudar individualmente as especificidades de cada uma delas. Consideraremos estas, então, em sua localização, expressão territorial, processos de formação, composição interna, atuação na produção e na comercialização e, ainda, no estabelecimento de parcerias¹, buscando apreender o que não pode ser generalizado, mas que está correlacionado no âmbito geral das organizações coletivas.

12.2 – CAEX

A Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX) é uma organização coletiva formada por camponeses florestais da RESEX Chico Mendes. Sua localização na região central dos conflitos e da luta pela terra tem vínculos diretos com o avanço da organização dos trabalhadores e com o sindicalismo local. Caracteriza-se como uma organização sem fins lucrativos e com finalidade comercial de ganhos para seus cooperados.

Sua sede fica na cidade de Xapuri, mas a base da organização são os grupos comunitários que se localizam por toda a RESEX Chico Mendes. Esses grupos são os *núcleos*

¹ - A questão das “parcerias” nos parece bastante paradoxal. O que chamamos de “parceria” nem sempre é, na realidade, uma relação de reciprocidade imediata, como deveria ser. No contexto das lutas sociais tratadas, a “parceria” pressuporia correlações de ações, em que se crescem e se beneficiam ambas as forças que a compõe reciprocamente. Em muitas situações, o que há são relações de apoio recebidas. Todavia, entendendo que tais “apoiaadores” e as “organizações em si” possuem interesses comuns visando o bem social, podemos tratá-los como parceiros, pois serão nesses interesses que, mesmo assim, residirão algumas reciprocidades na “parceria”.

comunitários da Cooperativa. Neles os camponeses florestais se reúnem para discutir problemas locais, mas também para juntar a produção que virá para a Cooperativa. Em certos casos, são bases para o início do processo de beneficiamento da produção, como o descascamento ou a secagem da castanha-do-brasil nas mini-usinas, onde já se desenha um projeto de *processamento da produção descentralizado*. No âmbito da resistência, a CAEX foi uma das primeiras organizações que demonstrou gerar alternativas para a manutenção do camponês florestal em seu território de vivência. Por isso, pode ser considerada como um marco fundamental da *luta na terra* na região.

No âmbito das organizações coletivas e comunitárias que estamos trabalhando nesta pesquisa, a CAEX é uma das poucas que não surge de trabalho precursor da CPT. Apesar do trabalho e do engajamento da Igreja com as CEBs nas questões sociais de Xapuri, o cooperativismo surge no âmbito de ação do sindicato (este sim, no seu surgimento, teve grande influência da pastoral católica).

A luta sindical em Xapuri se inicia em 1975 com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). A ação da pastoral católica estava na raiz e foi fomentadora da luta em defesa dos direitos elementares desses trabalhadores. A partir daí houve um processo de amadurecimento do movimento, mas também de perdas e conquistas. Já por volta do final da década de 1980, a criação de uma instância que apoiasse os trabalhadores em suas negociações com seus produtos tornava-se necessária. Então, do Sindicato junto às lideranças camponesas, projeta-se a Cooperativa como um instrumento resistência. Com isso, o STR, que tinha como uma de suas bandeiras de luta a orientação dos seringueiros na obtenção de ganhos para não serem explorados pelo atravessador, viabilizava na Cooperativa a instância legal, apta a agir sob esses propósitos, com maiores competências, que viria com o objetivo de ser um instrumento de geração de renda, mas também de confronto no mercado (p. e., eliminando a ação do atravessador). No dia 30 de junho de 1988, numa Assembléia do STR/Xapuri, contando com várias lideranças dos seringueiros, entre as quais *Chico Mendes*, institui-se a CAEX. No âmbito das lutas, essa relação de co-parceiros entre Cooperativa e STR permaneceu sempre muito estreita, de forma que quase todos os cooperados são sindicalizados.

A opção por cooperativa esteve ligada às dimensões que se buscava preencher. Como os seringueiros não haviam passado por nenhuma experiência cooperativista, esta modalidade organizativa foi mais facilmente aceita do que entre os trabalhadores migrantes nas áreas dos PADs. Assim, como instância de luta dos trabalhadores territorializados, a CAEX se firmaria sob o auspício de atuar no mercado para o produto

extrativo, garantindo a compra e fornecendo mercadoria ao cooperado a preço mais justo no mercado local.

Cinco meses após a criação da CAEX, acontece o assassinato de Chico Mendes, o que traria reflexos imensos na organização da cooperativa. Houve a projeção de muitas lideranças e a *causa da luta dos seringueiros* ganha destaque nacional e internacional. Criam-se outras instâncias relacionadas aos “povos da floresta” (Casa de Chico Mendes, Fundação Chico Mendes), e Xapuri torna-se símbolo da luta, da violência contra os trabalhadores e da resistência destes, da questão ecológica amazônica, ao ponto que a questão da luta social pelo modo de vida territorializado na floresta pouco foi levada em consideração.

Os recursos financeiros externos de apoio começam a chegar para todas as instâncias “representativas”. De forma que, até 1994, a CAEX havia recebido “1,8 milhões de dólares em investimentos diretos e indiretos – grande maioria de doações internacionais” (ANDERSON e CLAY, 2002, p. 123).

Num estudo feito sobre a CAEX, **Michelotti** (2001) coloca que o período de 1988 a 1990 teria sido a fase de seu maior crescimento. Nesse período, além dos resultados financeiros entre outros pontos que irão contribuir para a efetivação do peso político da organização estiveram: a elevação do preço da borracha; a aquisição pelos sócios de animais de carga financiados; a criação dos núcleos comunitários nos seringais com a comercialização de mercadorias; o beneficiamento da castanha; e a conquista de projetos de apoio à comunidade. Isso fez ampliar o quadro social e também a área de ação, comprando produtos de não-sócios. Contudo, certos problemas já começavam a ser sentidos, como da perda de mercado da borracha, que ainda era um produto importante para a produção camponesa na floresta. Então, todo o esforço passou a se concentrar na produção da castanha-do-brasil, inclusive ocasionando a necessidade de ampliação do sistema de transporte, de armazenamento e de controle da qualidade do produto. De certa forma, isso teria reflexos na organização interna e na externalização de suas ações.

No período de 1991-1992, houve uma queda na estabilidade interna, devido aos problemas acumulados, mas também pelas constantes trocas de pessoal na composição da diretoria (MICHELOTTI, 2001). Foram períodos em que, como já ressaltamos, as divisões políticas internas começaram a influenciar a organização. Apesar da crise, a organização amplia sua estrutura, sua área de atuação (comprando produtos de não-sócios), e também suas bases de beneficiamento, sem considerar a capacidade produtiva dos cooperados. Juntando-se aos problemas já existentes, a viabilização da produção para exploração e o preço do produto no mercado, caracterizou-se um período que acarreta prejuízos financeiros para a

Cooperativa. Além disso, como a ampliação da estrutura física não foi acompanhada por um processo de democratização e de participação ampla dos associados, elevou-se as disputas internas e conseqüentemente ocorreu um enfraquecimento da organização.

A partir de 1993, iniciam-se processos de reorganização interna. Trabalha-se as questões da administração e dos custos de produção que se apresentavam bastante desequilibrados. Como fruto da participação dos “povos da floresta” em eventos ambientalistas (como a RIO-92), as doações e financiamentos são novamente recebidos. Pelos anos que seguem até 1996, houve um acerto nas contas da organização. Houve também tentativas de regularizar a produção, descentralizando o processo de beneficiamento da produção nos grupos localizados em áreas florestais. Todavia, as bases de negociações, os problemas internos e a questão da qualidade dos produtos persistiram.

Já após 1997, as crises voltam a serem sentidas. Os financiamentos externos diminuem e as estruturas de beneficiamento (usina de castanha e da borracha) produzem-se apenas em determinadas épocas do ano. A partir de 1999, começa a ocorrer uma viabilização da produção da borracha, o que implicava numa ampliação da atividade da Cooperativa. Com o subsídio da borracha (Lei Chico Mendes), esta organização passa a ser fundamental para a venda do produto. Tem-se a ativação da usina de beneficiamento da borracha centralizada na cidade, e firmam-se acordos importantes com empresas nacionais para a venda do produto (como para a produção do pneu ecológico – “Pneu Xapuri” – da Indústria de Pneumáticos Pirelli). Tudo isso é viabilizado com pleno apoio do poder público, estadual e municipal. A partir daí, inicia-se uma fase de reestruturação, em que tentam trabalhar mais com recursos próprios e em parcerias com o Estado. Foi esta a realidade dos negócios coletivos que encontramos.

Portanto, como precursora das organizações coletivas e comunitárias advindas dos movimentos de luta e resistência camponesa, a CAEX tem muito a demonstrar dessa realidade amazônica. Tornando-se um exemplo proeminente, teve mais que qualquer outra organização interferência externa. Isso significou, às vezes, tomadas de decisões estranhas aos “ideais das luta”. As crises foram muitas, mas a organização sobreviveu e, agora, novos caminhos começam e devem ser percorridos.

Vimos que o cooperativismo surge em meio aos trabalhadores organizados pelo STR/Xapuri, com meta de atingir a produção e comercialização para seus sindicalizados. Nesses aspectos atuais, como fica a atuação da CAEX? O ponto fundamental aí também foi a busca por eliminar a ação dos atravessadores e elevar seus ganhos. Assim, a CAEX se firmava fortalecendo-se como uma organização assentada sobre bases produtivas locais, ao mesmo

tempo em que promovia a viabilização do mercado para produtos florestais de seus associados. Os princípios básicos que permearam essa produção foi a *valorização e a diversificação dos produtos florestais*.

Nessa perspectiva, tem sido incentivado pela CAEX, mesmo em áreas da RESEX, o aproveitamento de áreas semidegradadas para a formação de SAFs. Estes sistemas de produção consorciados estão sendo introduzidos com o objetivo de formar as *ilhas de altas produtividades*. Essas são lavouras agrossilvícolas em que consorciavam várias espécies, de forma a recriar, em área de capoeira ou desmatada, florestas altamente produtivas, voltadas à finalidade comercial e de auto-sustentação imediata.

Atualmente, os principais produtos trabalhados pelos cooperados da CAEX são a borracha e a castanha semibeneficiadas pelas usinas (situadas na cidade de Xapuri). Também, tem-se trabalhado com a extração do óleo de copaíba. Entretanto, a produção em maior escala se depara com limitações da capacidade natural de produção da floresta, o que tem dificultado a obtenção de mercado. Já o manejo madeireiro no PAE Chico Mendes (Seringal Cachoeira) tem-se revelado uma alternativa viável, sobretudo na forma de não destruir a floresta e de gerar renda para a família que a pratica².

Vemos em tudo isso que a cooperativa tem atuado em dimensões que buscam trabalhar o econômico (p.e., melhor preço para o produtor, comprar e vender) numa relação com o social (p.e., no treinamento e na formação política para a produção e para diversificação de atividades) e na otimização dos recursos naturais da floresta.

No momento em que realizávamos a pesquisa, a usina de castanha-do-brasil estava com suas atividades paralisadas. Todavia, a produção será retomada e incrementada com uma nova usina de maior porte que já estava sendo construída. Estes novos investimentos estão sendo feitos com financiamento do Governo Estadual. Porém, a nova usina só entrou parcialmente em funcionamento a partir de 2003.

No tocante à atuação comercial, ainda temos de ressaltar que, tanto na compra como na venda de produtos industrializados, os preços praticados são diferenciados para os não sócios (geralmente na casa dos 10% a mais). Já na busca de mercado para seus produtos, a castanha-do-brasil tem sido exportada para a Itália e para os EUA. Nisso é inegável o apelo aos símbolos das lutas pautados no nome de Chico Mendes e na significância que se ganhou junto aos movimentos ecológicos mundiais. Isso abriu e ainda abre mercados e

² - Nesse aspecto é bom ressaltar que o preço da madeira comercializada em serrarias convencionais estava em torno de R\$ 30 a 50 reais o m³. Já a madeira manejada do PAE Cachoeira tem sido comercializada em preços que variam entre R\$178 a 302 por m³ (conforme pesquisa de campo realizada em 2002).

fez da CAEX uma organização conhecida mundialmente. Portanto, como estratégia de enfrentamento de mercado, vemos que este “apelo” aos símbolos da luta tem sido muito válido para a organização, na exposição de seus produtos no mercado.

Outro ponto a que nos referimos foi às parcerias. Estas têm se dado tanto com empresas e instituições nacionais como internacionais. No princípio da estruturação, recebeu apoio de organizações estrangeiras que financiaram a formação inicial do capital fixo da Cooperativa. Dentre estas, destacam-se a participação da *Cultural Survival* dos EUA, financiando a implantação de mini-usinas da castanha-do-brasil e garantindo a compra da produção inicial. Mais recentemente, alguns projetos na área de manejos ambientais na floresta têm recebido apoio do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente e do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PP-G7).

O Governo do Estado tem sido um parceiro constante após 1998. O apoio na comercialização e no repasse de subsídios para a produção, inclusive da borracha, tem sido fundamental para a manutenção do funcionamento da Cooperativa. Todavia, no âmbito dessa parceria, o que de mais importante está acontecendo é a construção da indústria de beneficiamento da castanha-do-brasil, com estrutura necessária para atender à demanda da região. O Estado também tem viabilizado outras parcerias, como acontece na usina de borracha e no pólo madeireiro em que contam com a participação de empresas privadas.

Portanto, a CAEX é hoje o resultado e um processo de acerto e desacerto. Consolidou-se como uma organização capaz de produzir certa estabilidade para a comercialização da produção dos camponeses florestais, eliminando a figura do atravessador. Por outro lado, em meio à quantidade de recursos captados, a Cooperativa soube utilizar o significado da luta e do momento mundial com a preocupação ecológica para garantir apoio, inclusive financeiro. Nisso avançou-se na montagem do capital fixo (ativo fixo), mas sem o acompanhamento do amadurecimento político coletivo necessário para a gestão do *negócio coletivo*. Daí vieram as divisões e as crises que se alastraram por pelo menos dois terços de sua existência. No momento em que realizamos a pesquisa de campo, vemos que a cooperativa, agora mais amadurecida, tenta se reerguer, porém com um poder bem menor de captação de apoio, sobretudo financeiro externo.

Isso demonstra que o sucesso de uma organização depende mais do que dos apoios externos e das inovações tecnológicas e organizacionais. O amadurecimento político, a honestidade gerencial, o sentimento coletivo e a consciência de que o empreendimento é de todos, sobrevivendo apenas quando todos trabalham com esse intuito, são condições que formam as bases de sustentação do projeto coletivo dessa natureza. Vemos que, ao logo do

processo histórico de formação e atuação da CAEX, essas condições nem sempre estiveram presentes. É claro que os maus cooperados e dirigentes foram ou estão sendo excluídos da organização.

No momento em que realizamos esta pesquisa, a CAEX encontra-se numa situação estagnada, mas com sérios trabalhos para ampliar novamente sua atuação. A ampliação do espaço industrial da castanha-do-brasil e a reativação da produção da borracha já indicam novos momentos para o processo comercial e de garantia na geração de renda aos cooperados. A diversificação da produção extrativa, incentivada pela cooperativa e também pelo STR/Xapuri, o manejo madeireiro e a implantação de SAFs também oferecem novas perspectivas para os trabalhadores da região.

Em suma, apesar das crises, avanços e recuos, a CAEX tem sido ora uma saída ou um exemplo de organização provindo da luta, ora pelo menos uma alternativa política, econômica e social para o camponês florestal na Amazônia-acreana.

12.3 - Projeto RECA

A denominação jurídica desta organização é *Associação dos Agrossilvicultores do Projeto Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA)*. Situa-se em áreas do município de Porto Velho, no Distrito de Nova Califórnia, extremo oeste de Rondônia. É um projeto comunitário que busca o desenvolvimento por mecanismo autônomo, cujo objetivo principal é a melhoria da qualidade de vida e a fixação do homem do campo em sua *terra de trabalho*. São pequenos produtores que, ante a dificuldade enfrentada, buscaram em atividades de agrossilvicultura uma forma de conciliar suas potencialidades produtivas com a realidade amazônica, diante das possibilidades reais de mercado, com produtos de maior fluidez e liquidez comercial.

A associação é formada por grupos de camponeses agrossilvicultores. Na área rural, cada um dos grupos são núcleos da Associação. Dela participam pessoas de ambos os sexos, dedicando-se prioritariamente à atividades de agrossilviculturas. Os grupos são formados por no mínimo sete e no máximo vinte e cinco famílias. Quando o grupo ficar com menos de sete membros, deverá integrar-se a outro, e, com mais de vinte e cinco, dividir-se em dois. Na sede distrital (a Vila), situa-se a estrutura física com escritório e indústria de beneficiamento de polpa de frutas e produção de palmito. Todos os trabalhadores da indústria são associados (familiares).

Num trabalho monográfico de 1998, **Muniz** (1998) já demonstrava que, ao contrário do que ocorre em áreas de assentamentos, entre os assentados associados do RECA

a expropriação foi muita pequena. Daí verificarmos que, em 2002, das famílias associadas, oitenta e cinco por cento ocupam seus lotes há mais de dez anos. Esta estabilidade está firmada em duas bases: primeiro, na sua formação camponesa, fazendo da solidariedade um elemento de resistência e da “cooperação e convivência compartilhada entre seus membros nas diferentes atividades como: mutirões, trocas de dias e tarefas comunitárias” (MUNIZ, 1998, p. 5), características de suas práticas sociais; segundo, na força que se tem quando estão unidos em torno de uma ideal de vida. Em tudo isso, perpassa o projeto de vida que, nutrido pelo associativismo, solidifica-se na formação política, no despertar das condições de auto-gestão de seus negócios, no vínculo com os movimentos sociais da Amazônia-acreana e na visão da natureza amazônica como fonte de recursos etc.

No âmbito da bandeira de luta da organização, a denominação em si já define as características processuais de suas ações:

- **Associação:** caracteriza formas coletivas, comunitárias e participativas, em que constituiu a sociedade na busca de um caminho para a vivência no campo, norteadas por condicionantes mais equilibrados, justos e humanos.
- **Projeto:** Ao casar a idéia de projeto com associação, dá-se a dimensão da construção de algo que se sobressai a partir da união. Isso demonstra que, diferente do que se fazia, são ações vivenciais projetadas coletivamente emergindo de dentro para fora, ou seja, da escala local para a regional.
- **Reflorestamento:** Busca reconstruir as fontes dos recursos que outrora contribuíram para a destruição, com os desmatamentos iniciais. Então, opta-se por trabalhos com espécies típicas e florestais da região. Recria-se em áreas de capoeiras *florestas ecológicas e economicamente* valiosas. Concilia-se a recuperação de áreas semidegradadas com a conservação da biodiversidade e de geração de renda, na sustentação das famílias trabalhadoras locais e também do ambiente natural.
- **Econômico:** Há uma questão lógica que permeia todas as organizações que estamos analisando, mas que aqui está muita explícita. Esta dimensão do “econômico” expressa que não há sustentação ecológica ou política, caso não se produza rentabilidade para as famílias se manterem trabalhando. Por isso, é necessária uma atuação econômica

forte na comercialização, eliminando ações de atravessadores e, na industrialização, visando maior agregação de valores aos produtos.

- **Consortiado:** O consórcio de várias espécies possibilita o trabalho com a policultura. Na questão ambiental, reconstitui-se a cobertura com maior diversidade do ocorre em outros ambientes artificiais, como nas lavouras ou pastagens (porém, menos que nas florestas). Além disso, por serem diversificados, são ambientes menos propícios para intenso crescimento de certas pragas. Já no âmbito econômico, permite maior diversidade de produtos para o produtor. Isso significa maior dinâmica mercantil na geração de renda para as famílias produtoras.
- **Adensado:** Com a tecnologia de plantios adensados visam aproveitar mais os espaços produtivos, com menos sobrecargas nas florestas nativas. Dispensa-se o desmatamento de grandes áreas (ainda que seja de matas secundárias) e recria-se uma paisagem que muito se aproxima das florestas nativas. Isso facilita o repovoamento de espécimes da fauna e da flora local, ocorrendo o que se chama de criação de florestas de alimentos ou de florestas economicamente viáveis.

O processo de formação do Projeto RECA remonta a meados da década de 1980. No avanço da fronteira agropecuária ao longo da BR-364, no início dessa década, chegavam a Ponta do Abunã grupos de camponeses migrantes centro-sulistas, muitos desses após perambular por vários estados brasileiros em busca da *terra de trabalho*.

No ímpeto da migração eram levados por questões econômicas, mas também pelo *sonho da terra para viver e plantar*. Plantar lavoura como o milho, o arroz, feijão, mas junto *cultivavam a esperança* de um lugar para ficar; *uma terra sua* ainda que distante de seu “torrão natal” que ficara para trás. Isso se concretizaria nos assentamentos do INCRA nas Glebas Euclides da Cunha e no Projeto Fundiário Alto Madeira, a partir de 1984. Nessas localidades, como fruto da produção de seus espaços vivenciais na territorialização dos assentamentos se iniciou a formação de dois vilarejos: Extrema e Nova Califórnia.

A partir daí, começam o desmatamento e o plantio de lavouras brancas, e outras espécies trazidas do Centro-Sul. Desconheciam as especificidades geoambientais, a distância de mercados e ignoravam as formas de produzir dos trabalhadores locais. Então, introduziam suas técnicas de trabalho vindas de fora como as mais corretas. Os resultados eram pouco satisfatórios. Por consequência, logo se vêem ameaçados pelo abandono a que

foram relegados nos assentamentos. Assim, nos três primeiros anos de assentados, a miséria e a expropriação recomeçam a rondar seus territórios vivenciais.

Essa realidade era discutida em comunidades eclesiais de bases (CEBs), e até em centros evangélicos (como, p.e., junto à liderança do Pastor Dionísio da Igreja Assembléia de Deus, na fundação da Associação dos Produtores Rurais da linha 5). Daí começa-se a entender que, para a realidade local, as experiências trazidas das suas longínquas terras natais não eram totalmente aplicáveis. No cotidiano, cada família vivia esses problemas. Então, nesses ambientes de convívio comunitário (CEBs e grupos evangélicos), as lideranças locais começavam a manifestar a necessidade de se organizarem sob bases mais sólidas.

As discussões buscavam a geração de forma a se organizar para *não ter que migrar mais*. Tinham que *aprender que para plantar sua permanência*, “não bastava fazer as lavouras tradicionais que queriam”, como nos explicou um dos fundadores e atual dirigente (Sr. Paulo Bedone, 2002). Com isso, conscientizam-se do fato de que essa região tinha suas especificidades geográficas, ambientais e econômicas, as quais teriam que ser consideradas em suas pretensões produtivas. Nesse contexto, em 1988, já sob assessoria da CPT/AC, concebe-se uma proposta que poderia vir a viabilizar sua produção e permanência na terra acessada. Busca-se conciliar as características naturais do lugar com a geração de padrões de sustentação econômica e ambiental para os sujeitos sociais envolvidos. Assim, nasciam as idéias do Projeto RECA.

Já com a proposta formulada, esses camponeses não conseguem respaldo para o projeto junto aos órgãos públicos estaduais, nem no Acre, nem em Rondônia. O respaldo, todavia, veio da Diocese de Rio Branco, junto com a CPT/AC. Com esse apoio foi possível abrir diálogo com a UFAC (Universidade Federal do Acre) e INPA (Instituto de Pesquisas da Amazônia). A partir daí, o projeto, já bem melhor elaborado, com pleno apoio da Diocese, na pessoa do Bispo Dom Moacir Grecchi, foi enviado ao CERIS (Centro de Estudos Religiosos e Investigação Social), onde foi mais aprimorado. Já no espírito de organização e união, internamente com recursos próprios, plantavam mudas de plantas regionais: castanha-do-brasil, cupuaçu e pupunha, para a recuperação de áreas de capoeiras ou daquelas antes destinadas ao plantio de lavouras brancas. Então, *a esperança de dias melhores voltava a ser a razão de continuar trabalhando a terra*. Nisso já se tinha a organização de grupos por ramais e firmado a certeza que, independente da ajuda financeira externa, buscariam novos caminhos para sua produção, comercialização, enfim, para suas vivências naquele lugar.

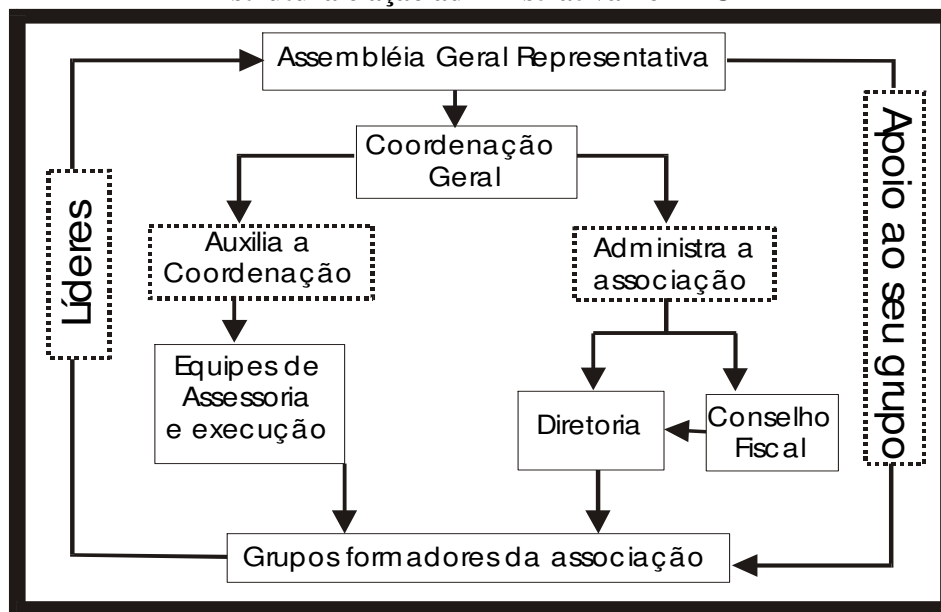
Em 1989, já tendo sido a proposta devidamente aprimorada, o CERIS apresentou-a ao CEBEMO (organização católica holandesa de cooperação, atual BILANCE).

Após análise e recomendação de alguns ajustes, foi aprovada e chegava o primeiro financiamento para a organização associativa. A partir daí, outros projetos e convênios têm sido firmados, mas também a atuação da Associação já garante um ativo fixo para parte da movimentação de seus negócios.

Nesse início de século XXI, o RECA já se estrutura com uma área edificada no espaço *agrurbano* da Vila Nova Califórnia. Tem-se a instalação de uma indústria de beneficiamento da produção dos associados, e espaços para as atividades administrativas, como para a formação política dos associados e recepção aos visitantes. Na assistência à produção viabiliza o transporte dos produtos com dois veículos “caminhonetes toyota”, um caminhão e um trator.

Como já referimos, a administração se estrutura em forma de colegiado (Gráfico 4). Neste sistema, participam representantes de todos os grupos. Cada grupo indica seu representante para a Coordenação Geral. Essa elegerá a diretoria com mandato bianual.

Gráfico 4:
Estrutura e ação administrativa no RECA



Fonte: Pesquisa de campo e documentária, 2002. Elaborado por Silvio Simione da Silva.

Além do que foi referido (Cf. Capítulo 11), as principais especificidades acontecem nos trabalhos das equipes. As equipes de assessoria e execução objetivam desenvolver ações nas propostas estabelecidas no Estatuto ou formalizadas pela Assembléia Geral Representativa. São compostas por quatro pessoas, sendo um o coordenador de equipe,

atuando, em geral, sob quatro orientações: na organização dos produtores; na implantação de culturas para compor os SAFs; na saúde e educação; e na industrialização e comercialização.

O líder é responsável por ações mais internas de cada grupo, agindo no sentido de discutir problemas específicos, formalizar ações de ajuda mútua, apoiar e acompanhar trabalhos técnicos e visitas promovidas aos grupos. Em nível individualizado, ele é o responsável por levar os problemas de seu grupo para a Assembléia Geral Representativa e para a Coordenação Geral, trazendo para o grupo sugestões e apoios da Associação do RECA.

No campo social, trabalha-se para a implantação de uma escola agrícola com proposta curricular adequada à realidade social dos moradores locais. Com isso, pretende-se que o filho do associado seja estudante, sem ter que deixar de ser um camponês. Há também o trabalho de saúde popular, com medicina alternativa, já bastante difundido entre os associados, apresentando, inclusive, bons resultados.

Também trabalham com gêneros, incentivando a participação de mulheres e jovens, sendo que a organização de grupos de mulheres foi efetivada a partir de 1994. Porém, desde 1989, as mulheres tem participação efetiva na composição da diretoria. Tal é a importância desse trabalho no qual as mulheres são as responsáveis e as precursoras das atividades de medicina popular na comunidade.

Nesse início do século XXI, o Projeto RECA dispõe de mais de quatrocentos consórcios (SAFs) e mais de duzentos plantios de pupunha para a produção de palmito. Isso representa o envolvimento de aproximadamente cento e sessenta famílias, com áreas de cultivo variando de cinco a sete hectares de lavouras de agrossilvicultura, com pleno predomínio da mão-de-obra familiar na produção. Temos de considerar que ainda há áreas em que também se praticam atividades agropecuárias de auto-sustentação familiar. Com o projeto já consolidado, os créditos agrícolas têm chegado de forma que, conforme apontam as lideranças entrevistadas, nesse momento apenas “aqueles que não quiseram, não os obtiveram”.

Os consórcios são formados por três plantios básicos: pupunha, cupuaçu e castanha-do-brasil. Porém, mais recentemente, têm sido enriquecidos com espécies madeireiras (as *essências amazônicas*: mogno, cerejeiras, cedro etc.) e outras frutíferas como o araçá-boi, o abiu e o açaí. De modo que estão se prevenindo para a produção em escalas temporais diferenciadas. A pupunha e o cupuaçu garantem uma produção mais imediata, enquanto os outros produtos garantirão a produção a médio e longo prazo. Nesse sentido, considerando a ampliação dos produtos, não vemos nenhuma incompatibilidade de terem se

iniciado os SAFs com base em três espécies, como lançam preocupações Anderson e Clay (2002). Sua ampliação e definição das espécies plantadas respondem aos “apelos econômicos” do mercado que pretendem alcançar, mas também à dinâmica natural em que ocorre a sucessão das plantas que necessitam de sombreamento para seu crescimento, como no caso das *essências amazônicas*.

No âmbito da produção, embora o “carro chefe” seja atividades de agrossilviculturas, ainda se pratica *lavoura branca* (agricultura de produtos alimentícios básicos) e pecuária em baixa escala. A *lavoura branca* é plantada para o próprio consumo familiar, mas também junto aos consórcios agrossilvícolas ou lavouras perenes, como forma de diminuir os custos operacionais nos primeiros anos. Nessa segunda situação, produzem, em especial, mercadorias para o mercado local. Já a formação de pastagem atinge em média a décima parte da propriedade familiar (por volta de cinco a dez 10 ha.). Esta pecuária, de forma direta ou indireta, está voltada para a produção da própria sustentação familiar. É uma atividade complementar, ou seja, uma “poupança” (seu “ativo fixo”) que poderá ser ativada em momentos de extrema necessidade. Já a criação de espécies não bovinas volta-se para o autoconsumo familiar, com pouco excedente para as praças comerciais locais.

Voltando à agrossilvicultura, podemos dizer que, no momento atual, o que comanda a economia desses trabalhadores, em maior escala, é a produção de frutas tropicais para sucos e de derivados da pupunha (semente e palmito). A castanha-do-brasil é o produto que apresenta maior demora para ser produzido, de forma que ainda não aparece nos dados de produção da Associação. Vejamos mais detalhadamente, nas tabelas 1 e 2:

Tabela 1:
Síntese da produção de pupunha e Açaí no RECA

Produto	2000	2001	2002
Haste de pupunha (unid.)	350.000	500.00	57.863
Palmito (Kg)	-	-	16.229,1
Semente pupunha lisa (Kg)	9.578	77.475	14.904
Semente pupunha mista (Kg)			2.807
Semente pupunha espinhenta (Kg)	18.754	29.975	151
Açaí (latas 20 litros).	1.142	120	6.010
Polpa de açaí (Kg).	8.000	845	42.075

Fonte: RECA, 2003.

A pupunha é outro produto com bom potencial (Tabela 1). No momento, sua principal aplicação no processo industrial tem sido na produção do palmito, que no caso não vem de plantios em SAFs. O palmito é produzido em lavouras de monoculturas

temporárias, voltadas para essas finalidades (com média de dois anos para o primeiro corte). Já a pupunha para a produção de frutos nos SAFs são lavouras perenes. Os frutos de pupunha têm sido vendidos no mercado local, pois são poucos conhecidos em mercados de outras regiões do país. A polpa do fruto tem potencial para a produção de farinhas e amidos, porém, sem grandes pesquisas sobre sua utilização, é pouca explorada. Daí, depois do palmito, sua principal aplicação tem sido na produção de sementes, as quais encontram mercado, porém bastante oscilante. De forma geral, podemos dizer que da pupunha ainda não se aproveita sequer vinte por cento de seu potencial.

O Açaí (Tabela 1) tem um mercado promissor. Porém, até o momento em que realizávamos esta pesquisa (2002), a polpa produzida vinha de coleta em áreas naturais. Nesse sentido, eram aquisições de produtos de camponeses não associados. Como nos informou as lideranças da Associação, as áreas de cultivo do açaí em consórcios nos SAFs locais dos associados somente iniciariam a produção a partir de 2003.

Todavia, o cupuaçu é o principal produto do RECA (Tabela 2). A diversificação no seu beneficiamento tem sido um elemento a somar no aproveitamento do potencial econômico e nutritivo da fruta. A polpa ainda é a principal mercadoria produzida; porém, é da semente que se diversificam outros produtos com grande potencial de mercado, graças a suas qualidades protéicas e nutricionais, como: a manteiga, que vai para indústrias alimentícias e de cosméticos; a “torta” de cupuaçu (a “borra” que sobra após a extração da manteiga), destina-se à indústria de chocolates e seus derivados. A casca está sendo estudada para a composição de adubos orgânicos e rações para animais, além de sua utilização em confecções de peças artesanais.

Tabela 2:
Síntese da produção de cupuaçu – volumes globais em produtos

Produto	2000	2001	2002
Cupuaçu (Unid. de frutos)	415.927	814.445	799.285
Polpa de cupuaçu (Kg)	129.643	184.597	196.300
Semente de cupuaçu (Kg)	28.00	44.458	11.516
Manteiga de cupuaçu (Kg)	-	14.819	10.819
Torta de cupuaçu (Kg)	-	-	30.823

Fonte: RECA, 2003.

Isso tem sido um processo gradativo, mas, já em 2002, pode-se dizer que do cupuaçu tem-se aproveitado quase cem por cento. Em 2001, a produção sentiu efeito nefasto da praga – “broca cupuaçu” – que começou a infectar as lavouras. Para combater a praga, está

sendo experimentada a introdução de espécies de vespas, numa tentativa de controle natural, sob apoio da EMBRAPA de Rio Branco. De modo geral, apesar de preocupante, pode-se dizer que não é nada que ameace a viabilidade da produção do cupuaçu nos SAFs. Todavia, há problemas de outra ordem, como das vias de transporte intrafegáveis. Isso tem acarretado a perda de produtos (já que o cupuaçu é uma fruta rapidamente perecível), pois a não conservação das estradas (ramais) impossibilita a retirada dos frutos em tempo hábil.

No beneficiamento, o RECA conta com uma indústria para a produção de polpas de fruta. Isso tem sido deveras importante, pois promove maior agregação de valores aos produtos ainda no lugar. Assim, toda a produção de frutas e palmito que chega à sede industrial do projeto RECA sai beneficiada e embalada, pronta para ser comercializada.

Quanto à comercialização, em nível local, o palmito é vendido no mercado de Rio Branco e Porto Velho. Porém, já buscam e conquistam mercados externos à Amazônia, sobretudo nas grandes cidades brasileiras como Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. A semente da pupunha é vendida tanto no mercado local como para produtores do Centro-Sul e do Nordeste. As polpas de fruta (cupuaçu, açaí e até o araçá-boi) têm sido exportadas para fora da região. As principais compradoras são indústrias de sucos tropicais da Bahia. Os outros derivados do cupuaçu também são comercializados com empresa do Centro-Sul.

De modo geral, a comercialização tem sido feita pela própria Associação. Entretanto, já estão tentando integrar-se em “redes de comercialização” com outras organizações, como a COOPEC, no Acre, e a Central de Comercialização Tucumã, em Rondônia. Isso seria uma importante estratégia de enfrentamento de mercado, porém até o momento não tem sido bem sucedido. Assim, viabilizam seus negócios pela própria organização, mas reconhecem que este ainda é um setor que precisa avançar, em especial, no sentido de integrar mais o conjunto do movimento cooperativista e associativista regional.

No tocante às parcerias do RECA, considerando a pouca atuação de STRs na área da Ponta do Abunã, destacam-se as seguintes:

- **De ONGs**, em que a CPT/AC tem sido uma parceira potencial. No início da organização foi a principal parceira. Na atualidade, este papel já é menor, porém ainda atua na assessoria à formação política e formalização de projetos. Além disso, no momento atual da pesquisa, a associação estava recebendo a cooperação de uma ONG italiana de Milão. Esta prestava assessoria na área de economia, agronomia e engenharia de alimentos.

- **Com órgãos públicos** (estadual e Federal). Destacam-se apoios com fomentos e assistência técnica. Com o Ministério do Meio Ambiente, obteve financiamentos a projetos, sempre numa perspectiva econômica ecológica de desenvolvimento. Da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), tem recebido apoio como forma de cooperação técnica. Com a UFAC, além das discussões iniciais sobre a implantação dos SAFs, tem trabalhado sobre medicina popular, junto com o Departamento de Ciências da Saúde. Com o Governo do Estado do Acre, obteve apoio no fornecimento de sementes para lavouras (safra de 2002). Já de Rondônia, até então, não tem sido notado esse apoio.

Além disso, como uma das mais primeiras organizações a se consolidar no âmbito do movimento social da *luta na terra*, o RECA foi e é referência para outras que tem surgido, sobretudo na Amazônia-acreana. A CAPEB, a CASAVAJ, a COOPEC e a CAEX, entre outras, estiveram no RECA recebendo e trocando experiências e apoios. Aí destacam-se ações como treinamentos, palestras, cursos de manejos com SAFs, repasses de experiências de gestão do negócio, parcerias comerciais etc.

O que se nota é uma organização que tem buscado apoio onde é possível. Isso tem vindo de quem acredita em iniciativas desse porte, como forma de *regeneração da dignidade de quem trabalha e produz da terra e quer continuar vivendo dela*.

Mas o que fica desta experiência da Associação do Projeto RECA, para a compreensão do espaço agrário amazônico-acreano? Vemos que o fundamental é que há inúmeras possibilidades de apontarmos contribuições aos movimentos e lutas dos trabalhadores camponeses. Pode-se falar em contribuições como referenciais na organização socioeconômica; na questão ambiental amazônica; na articulação do espaço comunitário e com o mercado; e na ampliação de seus espaços políticos.

No âmbito da formação e gestão democrática da organização, há no RECA uma referência importante a outros grupos. A formação descentralizada seguramente foi um contributivo fundamental que pode inspirar outras organizações. Vemos o espírito de luta nos ex-coordenadores, que, mesmo tendo terminado seus mandatos, continuam a ajudar os novos dirigentes. No âmbito interno, discutem-se as questões locais, inclusive com a participação de pessoas que não estão ligadas ao RECA, mas que a apóiam. Com isso, sendo uma organização bem sucedida, troca experiências com outras, tornando-se uma fonte difusora das idéias do associativismo e do cooperativismo, no contexto do movimento social da *luta na terra*.

Organização social se dá com a participação efetiva de homens e mulheres em todas as questões relativas à associação. Daí, a estrutura nucleada torna-se fundamental, pois os problemas sentidos nos grupos são trazidos para o órgão central e ganham significados coletivos. Por outro lado, todas as questões dessa natureza são vistas e revistas à luz da viabilidade econômica, pois estão certos que *não há maturidade política e estabilidade social, sem a concomitante garantia de segurança econômica para o dia-a-dia de cada família* (parafraseando as palavras de um dos dirigentes entrevistados) .

Nisso, o projeto coletivo e social que se forja, vincula suas atividades a questões do potencial produtivo regional amazônico. O ambiente amazônico passa a ser visto como fonte de recursos e de inspiração para seus sistemas produtivos. Então otimizam o aproveitamento da terra desmatada e cultivada, diminuindo ao máximo a necessidade de promover novas derrubadas, inclusive fazendo reflorestamento. Ademais, articula-se o espaço vivencial comunitário, sob a meta de fixar o trabalhador na terra, mas também de despertá-lo para a importância do ambiente local para todos. Como nos falou um dirigente, o objetivo que perpassa no âmbito do desenvolvimento regional, para eles, é *“viver melhor, não sei se nisso somos sustentáveis ou não; o importante é que para nós está sendo compensador”*.

Vemos, então, a vinculação dos SAFs como alternativa de organizar o espaço produtivo familiar. O produtor compreende que pode trabalhar com uma pequena área e viver bem, sem ter que fazer desmatamentos anuais. Assim, no conjunto da formação repassada aos associados, as lideranças e assessorias mostram aos trabalhadores que podem *trabalhar formando matas de frutas e essências florestais*. Isso, por um lado, provém da conscientização de que a natureza amazônica era um elemento fundamental a ser considerado em seus processos produtivos, desde que não a destruíssem; mas, por outro, de que os objetivos iniciais eram inviáveis com a lavoura branca. Juntando tudo, com a necessidade de operar com mercadorias de maior fluidez mercantil, percebe-se que produtos amazônicos têm grande vazão em certas escalas de mercado. Ao mesmo tempo, nota-se que sob a “bandeira ecológica ambientalista”, podem obter apoio financeiro nacional e internacional para seus projetos, firmando estratégias de mercado que não se submetem, necessariamente, aos seus ditames, mas procuram obter certas vantagens.

Juntas, essas questões articulam o cotidiano produtivo local, com o signo ecológico do produto amazônico, ao mercado e à vida do trabalhador. Então, pode-se dizer que a “consciência ecológica” varia de um produtor para outro. Contudo, o trabalho com SAFs, perante o valor de mercado dos produtos obtidos, as formas de trabalho na sombra (diante do escaldante sol amazônico), a melhoria nas condições familiares, o peso ecológico

valorativo de seu produto e o retorno obtido, têm sido elementos a contribuir e forçar a formação desta “consciência”.

Ademais, podemos afirmar que os produtos do RECA têm forte significado ecológico e econômico e que podem ser mais explorados no mercado. Embora apelem a tais significados em suas mercadorias, que possuem qualidade de produção orgânica, não se tem ainda trabalhado a questão de um *selo* expressando tais características mercadológicas. Vemos nesses aspectos potenciais a serem ainda mais explorados.

Tudo isso expressa o peso político que essa organização tem efetivado na região. Assim, além da atuação na organização produtiva e comercial, define-se espaços de participação política na reprodução do lugar, atuando com programas de saúde comunitária, reivindicando assistência na área de educação, gerando empregos e ocupações tanto no espaço *agrurbano* da Vila como no *campo*.

Enfim, como uma associação, o RECA fornece experiência em diversos âmbitos da organização, também para se pensar a realidade agrária na Amazônia. Nem tudo é maravilhoso, mas o que nos tem mostrado é que, quando encaramos a realidade com coragem, determinação e esperança, os obstáculos poderão ser removidos e novas possibilidades se revelam objetivamente.

12.4 - ASPERTA

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Tarauacá (ASPERTA), mesmo sendo uma associação, tem um forte caráter coletivo, já que, nas associações menores, normalmente o que ocorre é o vínculo comunitário; já aqui o elemento considerado é a condição de ser “pequeno produtor rural” – ou seja, uma condição de classe social (entendida como seringueiros, ribeirinhos e colonos). Certamente isso deriva do razoável número de associados que gira em torno de 1.100 pessoas. Assim, possui mais características de uma cooperativa do que de uma associação, numa estrutura centralizada.

Dadas as condições locais do município de Tarauacá, com poucos trechos de estrada, a maioria dos associados provém de áreas ribeirinhas. Daí disporem de três embarcações para o atendimento a estes. O capital constante tem sido formado pelas contribuições de cada associado. Já o capital de giro para a compra de borracha vem do repasse fornecido pelo Governo Estadual, com o subsídio da borracha (Lei Chico Mendes), e por adiantamento de empresas compradoras. Além disso, a associação tem oferecido aos associados a garantia de preço, formação política orientada pela diretoria e orientação econômica prestada junto à STR, CNS, SEFE/AC e SEATER-GP/AC.

A ASPERTA foi criada através de ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Tarauacá, em 1992. Seu objetivo era basicamente ter nessa organização um instrumento de luta para a conquista de melhorias nas condições de vida dos trabalhadores rurais sindicalizados. Apesar de já ter se passado mais de dez anos, há laços muito próximos entre o Sindicato e Associação. Todos os associados são sindicalizados e a sede da ASPERTA ocupa parte do prédio do Sindicato, na cidade de Tarauacá.

A estrutura administrativa é formada por uma diretoria, hierárquica e personalizada, composta por doze membros a partir da autoridade do Presidente. Pela dimensão territorial da área de ação da Associação, sempre houve grande dificuldade de reunir todos os associados. Porém, os cargos são decididos em eleições abertas aos associados, com chapas formadas, nas quais todos podem votar, sendo necessária a maioria absoluta dos associados no pleito, para a votação.

Apesar do pouco alcance, podemos dizer que a ASPERTA, nesses anos de existência, tem permitido aos camponeses associados saírem do isolamento e terem apoio na comercialização e nas reivindicações pelo reconhecimento de suas posses (onde ainda não estão regularizadas). Além disso, ela cumpre uma tarefa importante junto ao STR, a de servir como amparo aos camponeses e como local onde estes podem compartilhar suas dúvidas, receber orientação e ainda assegurar a compra da sua produção, quando se vêem livres do tradicional barracão ou marreteiro.

Atualmente, a Associação, em seu ativo fixo, conta com um caminhão e três barcos. Como não tem uma sede, em seus projetos almejam-na como uma das próximas conquistas. Com política de apoio do Governo do Estado, a Associação tem recebido assistência técnica e financeira na comercialização de produtos e na montagem de sua estrutura física.

No âmbito do espaço produtivo dos associados, a prática de lavouras brancas voltam-se para o cultivo de auto-sustentação. São pequenos roçados feitos nas colocações ou em plantações feitas nas vertentes dos rios (lavouras de praias). Assim, o pequeno excedente produtivo é colocado diretamente no mercado local, ora pelo próprio produtor, ora intermediado pela Associação (quando o volume de mercadoria é maior). Contudo, a maior produção ainda provém de atividades extrativistas, nas quais a borracha é o principal produto, vendido, em geral, para empresas de Manaus (AM).

Apesar da busca de mercado ter sido feita com certa dificuldade, já se obteve avanços reais. Em 1999, foram comercializadas 52 toneladas de borracha, já em 2000 foram 108 toneladas, e em 2001, 180 toneladas. O volume produzido nesse último ano citado,

conforme declarou um dirigente entrevistado (Sr. Albismar, 2002), “deve representar a capacidade máxima da organização”. Esse crescimento na produção, a partir de 1999, está ligado ao preço agora subsidiado do produto.

Com vistas à diversificação da produção, tem-se buscado incentivar o trabalho com produtos regionais cultivados ou coletados, partindo-se do princípio de que a diversidade da floresta reserva grandes quantidades de produtos que poderão ser valorizados, tornando-se outras fontes para a produção de suas mercadorias. Isso virá com maior diversificação na extração e na coleta de produtos florestais, e na adoção de técnicas de trabalho que não impliquem nem na degradação do ambiente natural nem no abandono de suas raízes socioculturais e de seus modos de vida na floresta. Ultimamente, também há tentativas de introduzir práticas de agrossilvicultura com a formação de pequenos SAFs.

No âmbito das parcerias, o STR/Tarauacá tem apoiado a organização de documentação da Associação, a formação política e administrativa, e atuado conjuntamente nas lutas por reivindicações dos associados (transporte, preço, assistência na saúde etc.). Isso, claro, numa organização em que a maior parte dos associados também são sindicalizados.

Do governo do Estado, a partir de 1998, tem recebido apoio com a aprovação de projetos voltados aos incentivos à produção e à venda dos produtos agrícolas e extrativistas e na assistência e orientação técnica com a SEFE (atual SEPROF) e SEATER-GP/AC. Já em nível Federal, tem viabilizado pelo BASA alguns financiamentos (como o FNO), em que a Associação apenas encaminha os projetos, mas a efetivação é feita pelo interessado, uma vez que, como associação, não é pessoa jurídica apta a fazê-la.

Podemos dizer que a ASPERTA já se constitui como uma organização consolidada, porém com projeção pouca expressiva no âmbito do movimento das organizações associativistas e cooperativistas regionais, sendo que o que se pode apreender é que a dificuldade provinda do isolamento parcial do município de Tarauacá dificulta a produção e a maior diversificação de produtos além da borracha. Em certas situações há sérias dificuldades para escoar, para mercados maiores, outros produtos, sobretudo frutas³. Por outro lado, a estrutura centralizada da Associação dificulta a articulação interna dos associados em seus espaços vivenciais, como ocorre nas organizações estruturadas em núcleos descentralizados. Daí o que vemos é uma organização que funciona no limite de sua atuação.

A maior contribuição vista está na vinculação que faz com o STR local, constituindo-se parceiros na luta em defesa dos interesses da classe camponesa do município.

³ - Cabe ressaltar que no tocante aos recursos das florestas, em todo o Vale do Juruá não há ocorrência da *castanheira*, árvore que produz a castanha-do-brasil (como acontece no Vale do Acre).

Assim, estamos certos de que, com a estrutura vigente, será difícil que a ASPERTA consiga ir muito além do que já alcançou. Então, dois caminhos poderão ser prognosticados:

- Em se partindo para maiores trocas de experiências com outras organizações, modificarão suas estruturas internas, rompendo com a condição centralizada.
- Em se permanecendo como é, a estagnação atual poderá ser sucedida pela decadência total. Ao que tudo indica, caminhará na primeira perspectiva, talvez em direção à formação de uma cooperativa local.

12.5 A CAPEB/COMPAEB

A CAPEB (Central de Associações de Pequenos Produtores Rurais de Eritaciolândia e Brasiléia) forma uma organização que congrega 35 associações de produtores rurais distribuídas pelo interior dos municípios de Brasiléia e Eritaciolândia (em 2002). Essas organizações comunitárias e coletivas territorializam-se por áreas do PAD Quixadá, do PAE Santa Quitéria e da RESEX Chico Mendes.

Sua sede na cidade de Brasiléia confere uma posição importante no âmbito do Estado, pois esta cidade situa-se em área estratégica para o desenvolvimento da região, na divisa com a Bolívia e a “meio caminho” do Peru. Juntas, Brasiléia, Eritaciolândia e a cidade boliviana de Cobija formam o segundo maior aglomerado urbano nesta parte da Amazônia. Cobija (com mais de cinquenta mil habitantes) é a cidade mais populosa e economicamente desenvolvida, com uma zona de livre comércio em pleno funcionamento.

Nessa conjuntura, as duas cidades brasileiras têm convivido com a presença marcante do domínio mercadológico boliviano, interferindo em seu cotidiano com reflexos na realidade agrária. Também esta localização tem possibilitado a comercialização de produtos da CAPEB com empresas dos países vizinhos, especialmente na venda da produção da castanha-do-Brasil, da borracha e do milho.

Com isso, tem garantido preço mínimo aos produtos vendidos, transportes, formação política e orientação técnica aos associados, efetivação de uma mercearia com produtos variados atendendo, além dos associados, a população dos municípios (Brasiléia e Eritaciolândia), e o início da implantação das primeiras indústrias locais na área de beneficiamento de sua produção agroextrativa (como a castanha-do-brasil, o café, arroz etc).

Nesse início de século, a CAPEB já possui maior complexidade organizativa, numa estrutura projetada regionalmente. Lançam-se bases que, gradativamente,

melhoram a localização de seus associados no âmbito de seu espaço vivencial e na sociedade. Torna-se então referência para outras organizações.

Toda essa situação apontada se iniciou com a luta de resistência dos seringueiros nos STRs. Entretanto, na situação da CAPEB, temos de considerar que esta organização surgiu com os trabalhadores migrantes centro-sulistas, em processos de verdadeiras trocas de experiências e assimilação dos valores dos recursos locais.

A realidade encontrada no PAD Quixadá pelos trabalhadores assentados, mesmo após o acesso à terra, era calamitosa. Assentados no início dos anos 1980, após três a quatros anos, as estradas, a assistência na saúde e educação, o crédito rural, e, em especial, as condições para a comercialização dos produtos desses camponeses eram as piores possíveis. Diante desse quadro, conscientes dos anos de abandono e de dificuldades perante os trabalhos de bases da CPT e dos STRs, esses camponeses tomam a decisão de que é preciso desenvolver mecanismos que lhes fortaleçam na terra, caso contrário a expropriação seria inevitável.

Esta tomada de consciência se principia nas reuniões das CEBs e dos sindicatos, nas quais percebem e entendem o quanto são explorados e enfraquecidos no contexto dos “jogos de interesses” que permeiam o processo de produção social na realidade vivida. Difundem-se então os propósitos de que somente com a união de todos poderiam se colocar diante da situação. Agora precisavam de forças maiores para encaminhar a produção, a comercialização e os interesses de cada comunidade, o que fugia da incumbência dos STRs.

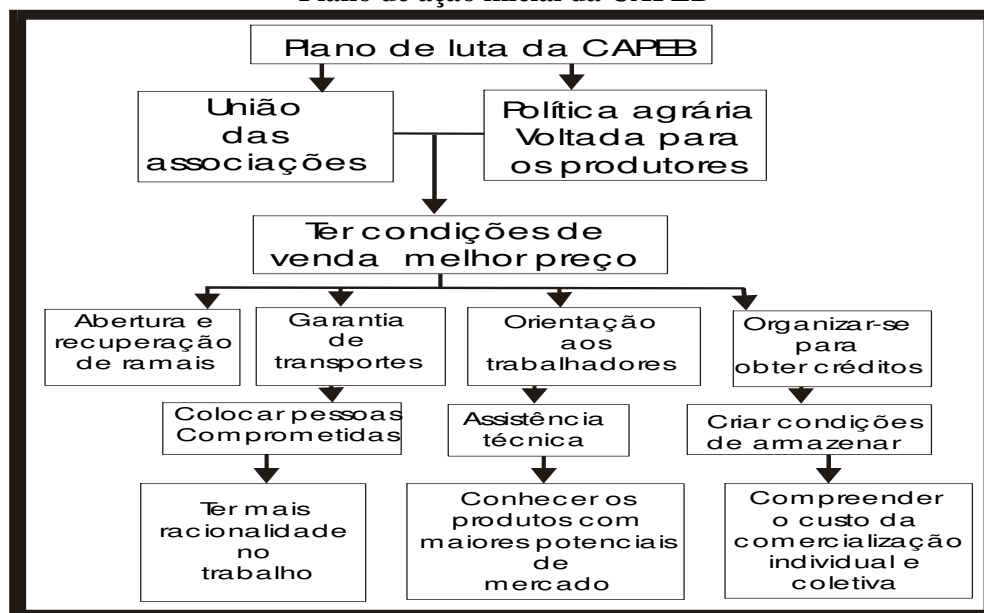
Por volta de 1986, surgem as associações dos “produtores rurais”, congregando esses ideais de luta, localizando-os no território vivencial e projetando-os na ampliação dos espaços vivenciais de cada sujeito e da comunidade organizada. Então, estas nasciam sob base dos movimentos sociais, no que denominavam de *a luta na terra*, no município de Brasiléia (Epitaciolândia foi emancipada apenas em 1991/92).

Com o incentivo à organização dos camponeses locais pela CPT/AC, por volta de 1987 já eram doze associações. Todas frutos de um trabalho de pastoral contínuo na assessoria geral, na orientação, na implantação e na formação política produtiva e social desses trabalhadores. Nesse trabalho, a CPT/AC sempre primou por mostrar que, apesar da formação das associações, ainda isoladas, eram insuficientes. Sozinhos, eram fracos para garantir certos embates. Como havia problemas comuns, passaram a discutir como poderiam se unir para ter mais força. Assim, algumas lideranças sociais começaram a discutir as possibilidades de unificação das organizações na criação de uma “cooperativa” ou “associação central”. Por certas conveniências administrativas e pela desconfiança que já se

trazia do Centro-Sul, a proposta de cooperativa foi inicialmente rejeitada. Optou-se por algo inovador: ao invés da unificação numa só organização, criou-se uma “central de associações”, em que uniam as forças, mas conservavam a autonomia da cada organização comunitária sob bases já construídas. Então, no dia 10 de julho de 1993, numa assembléia já com a participação de vinte associações, oficializou-se a criação da CAPEB.

Nisso efetivou-se a estratégia da luta voltada às políticas produtivas que viabilizavam a produção e o mercado como etapas a serem otimizadas em conquistas econômicas, com imediato retorno de ganhos sociais. Sintetizando, formulou-se um plano de luta definido nas seguintes ações:

Gráfico 5:
Plano de ação inicial da CAPEB



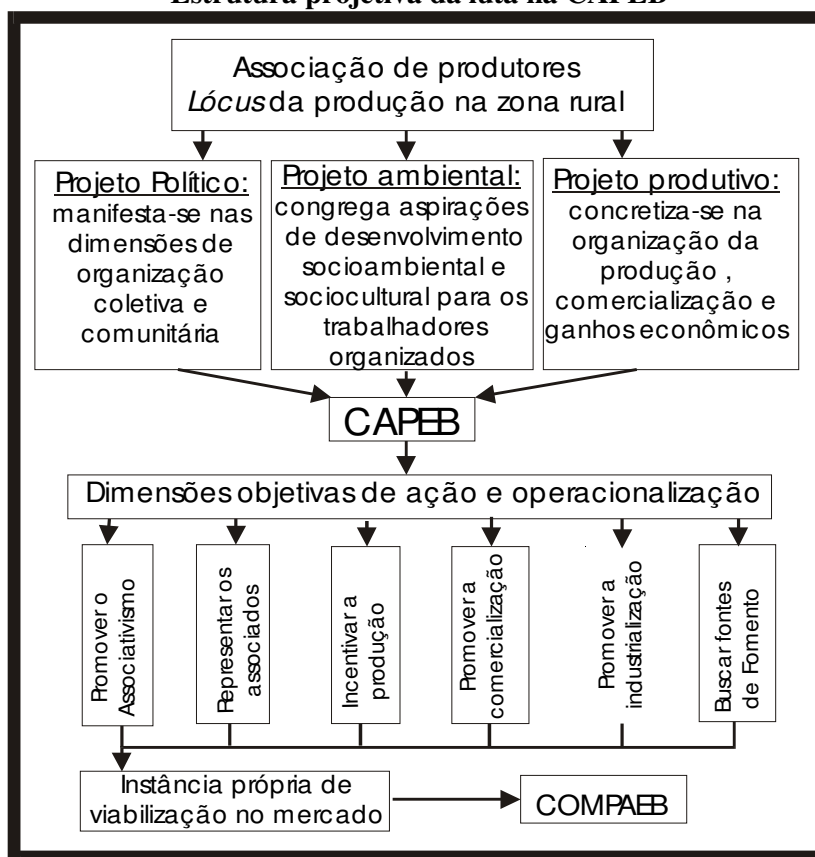
Fonte: SILVA, 2002.

Determinavam-se as prioridades da organização na união das associações. Definia-se metas de políticas agrárias mais amplas, cabendo-lhes pressionar os órgãos públicos para efetua-las. Ademais, as metas de viabilização econômica da produção são colocadas como “molas mestras” das organizações, com vistas a melhorias sociais. Isso demonstra que não há sustentação para qualquer projeto de desenvolvimento sem o inter-relacionamento de diversas dimensões vivenciais. Portanto, aí reside o sentido integral da “luta na terra”, nas questões dos projetos de vida instituídos a partir de práticas cotidianas.

Como Central, todavia, a medida de que a organização expandiu, encontrou barreiras a sua atuação. Daí veio a necessidade de ampliar as estratégias da luta, viabilizando-se para o mercado. Em 1999, criou-se então a COMPAEB (Cooperativa Mista de Produção

Agropecuária e Extrativista de Epitaciolândia e Brasiléia), apta a atuar em transações e parcerias, abrir linhas de créditos etc. No conjunto de suas ações, a CAPEB representa a luta, a resistência que esteve presente no processo de formação de suas organizações comunitárias e coletivas. Já a COMPAEB é o “braço da organização”, juridicamente apta para atuar no mercado e auferir ganhos para a coletividade associada. De forma esquemática expomos esta estrutura no Gráfico 6:

Gráfico 6:
Estrutura projetiva da luta na CAPEB



Fonte: SILVA, 2002.

Em termo de capital fixo, no momento em que pesquisamos (2002), a Central dispunha de: um caminhão, um trator, uma motocicleta, duas beneficiadoras de arroz e uma de café (localizadas nas sedes das associações no espaço agrário), uma empacotadora de cereais e uma usina de beneficiamento de castanha-do-brasil (localizadas na cidade de Brasiléia). O caminhão, a motocicleta e o trator ficavam disponíveis para serem utilizados no atendimento a todos sócios.

Atualmente, esta organização congrega camponeses da lavoura e da floresta, isto é, tanto de PADs como da RESEX Chico Mendes. No âmbito da produção e circulação de

mercadorias, oferece aos associados veículos de transportes para produtos, garantia de preço mínimo, assistência técnica, orientação econômica e mercadorias manufaturadas a preço de mercado.

Com a atuação diversificada na cidade, têm sido gerados empregos (na ordem de vinte empregos fixos e cento e dez temporários⁴ nos períodos da descasca da castanha). Além disso, coloca-se no mercado produtos da própria região que, em outras épocas, sequer eram aproveitados. Ao agregar valor aos produtos locais, possibilita maior circulação de capitais em setores sociais e produtivos que antes estavam alijados do processo.

Na comercialização, a CAPEB tem duas funções básicas, que são: negociar a produção dos associados e fornecer a preços mais justos bens manufaturados necessários a sua sobrevivência. Todas as transações nesse setor são administradas por um gerente comercial. Para isso, dispõem de um armazém (mercearia) para vendas, que funciona junto à sede administrativa, na cidade. Com esse armazém, tem-se efetiva participação no mercado urbano local, oferecendo mercadorias variadas a preços correntes para todos.

Na venda dos produtos agrícolas e extrativistas, oferecem vantagens aos cooperados, pois colocam no comércio quantidades mais representativas do que a média produtiva individual local, ampliando seu poder de barganha. Com a criação da COMPAEB, a viabilidade de operacionalização dessa meta torna-se mais prática. Assim, a montagem da estrutura comercial e a assistência técnica já garantem condições de atuação buscando mercados em escalas diversas e num controle maior da qualidade produtiva.

Em nível local, os principais negociantes com a CAPEB, além dos associados, são produtores rurais e moradores da própria área urbana dos municípios de Brasília e Epitaciolândia (tanto na compra como na venda de produtos). Em nível estadual, sobressaem-se alguns supermercados e empresas atacadistas de Rio Branco. Em escala nacional, o Grupo Nutrimental de São José dos Pinhais (PR) tem sido o principal comprador da castanha-do-brasil. Atualmente, também já podemos falar de um comércio internacional, com a exportação de milho para as Granjas Amazônia S.A. de Puerto Maldonado, no Peru.

⁴ - Apesar das conquistas que representam para os cooperados, salientamos que, em relação aos trabalhadores urbanos contratados temporariamente, temos que ter precaução para falar de conquistas. Constatamos, através de pessoas que já trabalharam na Usina de castanha, p.e., que esses serviços são terceirizados por uma “cooperativa de trabalho”, na qual os trabalhadores ganham por produtividade (medidas de amêndoas descascadas), em sistemas de atuação intensiva, sob alto grau de exploração e com baixa remuneração. Parece que aí residem formas extremadas de obtenção da mais-valia, imposto sob a legenda do “cooperativismo de trabalho”. Contudo, isso seria problema para uma pesquisa específica sobre a “questão do trabalho” nas organizações coletivas.

Mais recentemente, houve a implantação de pequenas indústrias. Com isso, busca-se a geração de empregos, promove-se maior agregação de valores⁵ e faz circular maior volume de capitais no município. Isso se dá: com a Usina de Beneficiamento de Castanha Wilson Souza Pinheiro; com as beneficiadoras de arroz; com a torrefação de café; e continuará com outras projetadas para os anos vindouros. Para isso buscam mercados mais distantes, como no caso da castanha-do-brasil, que já está sendo exportada para os EUA e para a Itália.

Cabe salientar que, no conjunto, a garantia de um preço mínimo ao produtor tem sido uma política da CAPEB. Visa-se assim assegurar ao produtor a venda da safra e melhorar as condições de planejar suas atividades. A importância dessa ação permitiu que a figura do atravessador, atualmente, nesses municípios, tendesse a desaparecer, sendo que, inclusive produtores não-associados, mesmo não tendo as mesmas garantias dos associados, já estão negociando seus produtos com a Central de Associações.

No tocante às parcerias, a CAPEB tem desenvolvido três diferentes tipos, a saber:

- **Com as ONGs**, sobretudo a CPT, tem se travado parcerias voltadas para assessoria técnica e formação política dos associados. Também no financiamento de projetos junto a organizações estrangeiras, sob aval desta ONG.
- **Com empresas compradoras**, estas parcerias têm ocorrido com o adiantamento de recursos para a compra do produto, assim como na assessoria tecnológica na produção para a manutenção da qualidade desejada.
- **Com órgãos públicos**, sobretudo no financiamento de projetos produtivos, destaca-se com o Ministério do Meio Ambiente e em nível estadual com o Governo do Estado (após 1998). Obtiveram-se aí apoio para os financiamentos da produção, para a assessoria política e econômica, para concessão de uso e administração de prédios públicos (prédio obtido junto ao IBAMA) e para o armazenamento (armazém CAGEACRE de Brasília, junto ao governo do Estado).

⁵ - Um exemplo disso pode ser notado na situação do preço da castanha com agregação de valor ao produto, em até 100% na remuneração aos associados. Explicando melhor: uma lata de castanha de 10 Kg, que em 1998 era vendida a R\$ 4,00, sendo o produto beneficiado, esta mesma quantidade rende 3,5 Kg de amêndoas, que é comercializada ao preço total de R\$ 7,00. Ainda nisso, empregou-se mão-de-obra local.

Portanto, a CAPEB/COMPAEB é, nesse início de século XXI, uma das organizações comunitárias e coletivas mais bem sucedidas na Amazônia-acreana. Seu sucesso é devido às fortes raízes que consolidou a partir de organizações associativas distribuídas pelo interior dos municípios que a abrangem. Aí, a formação política e o amadurecimento da proposta de organização, assessorada pela CPT/AC e STR/Brasileia, consolidaram um projeto de autonomia produtiva e política sustentada na produção camponesa local que ainda está em construção. Dessa forma, a necessidade de *lutar para continuar vivendo na terra* é base das teses que nortearam a construção da Central e da Cooperativa.

Essa organização chama a atenção para uma forma inteligente de reunir-se. Toda as ações são muito bem planejadas, o que seguramente nos leva a concordar no que se refere aos *planejamentos estratégicos*. Isso demonstra a capacidade e perspicácia de sujeitos que sabem o que querem, num reflexo claro da capacidade inteligível do camponês e da viabilidade de sua organização.

Todavia, há um processo em que a autonomia camponesa, quando chega ao mercado, é relativizada, mesmo sob uma organização como essa. Aqui as empresas compradoras e os parceiros têm interferência direta no processo de circulação. Trata-se de um processo no qual a circulação de suas mercadorias está subordinada ao ritmo das empresas compradoras dos produtos. Nesse sentido, há uma relação em que a circulação comanda a produção (ditando preços, quantidade de produção, qualidade de produção, ritmo da produção, tipos de produtos etc), numa área na qual o território produtivo camponês é indiretamente incorporado aos processos produtivos de forças capitalistas, às vezes, localizadas muito distante (MARTINS, 1991). Essa organização, assim, abre espaço para uma reprodução ampliada e contraditória do capital: se por um lado cria mecanismos de resistência do trabalhador na terra, por outro, consoma-se como instrumento de subordinação da produção camponesa ao promover a incorporação da produção local à circulação de mercadorias no mercado em escalas diferenciadas.

12.6 CAEAP

A CAEAP – “Central de Associações de Agricultores e Extrativistas do Acre e Purus” é uma organização coletiva com bases comunitárias, que atua no município de Boca do Acre, no sul do Estado do Amazonas, em áreas limítrofes com o Acre. Na base associativista, congrega associações que se localizam no espaço agrário municipal. Todavia, sua sede fica em área da cidade, sendo que apenas associações de trabalhadores agricultores, extrativistas e pequenos criadores, podiam ser associados.

A CAEAP surgiu como parte do amadurecimento das lutas dos trabalhadores camponeses locais no contexto da luta pela terra e da luta na terra. Esses movimentos expressam, como vimos, as lutas de resistência dos seringueiros, após 1970, quando parte do território do município de Boca do Acre (AM.) foi tomado por forças da frente pioneira agropecuária, viabilizadas com a abertura das rodovias federais BR-364 e 317. Com a colonização e assentamento, em meados da década de 1980, também viriam a se somar aos movimentos da *luta na terra* os trabalhadores centro-sulistas que nesse contexto chegaram.

Tem-se, então, a partir de trabalho do STR e CPT/AC, junto às CEBs, ações concretas com vistas à organização dos trabalhadores rurais. Essas ações iniciam-se por volta de 1986, mas apenas em princípios da década de 1990 é que as primeiras associações estarão estruturadas, inclusive com documentação. Desse trabalho, como primeiros resultados se obtêm meios de transporte e a participação na luta por créditos.

Já em princípios dos anos de 1990, começava-se a discutir as bases para a união das associações sob a organização de uma Central ou Cooperativa. Opta-se por uma Central de Associações, pela menor complexidade organizativa na gestão e pela questão do amparo legal, referente à quantidade de organizações reunidas. Assim, conforme o Estatuto da CAEAP, data de 27 de agosto de 1994 sua fundação. Entretanto, sua atuação começa, para valer, a partir do ano seguinte, com sete associações que, no total, congregavam quarenta e cinco associados. Na Central, o sócio tinha “um crédito especial”, porém, a mercearia localizada na cidade de Boca do Acre estava aberta a todos, inclusive aos moradores da cidade.

Embora todas as organizações aqui analisadas trabalhassem com os gêneros humanos no seu corpo social, a CAEAP é a única que menciona em sua definição esta questão como meta específica. A questão da promoção da “mulher” é tratada quando expressam que a central “[...] visa promover a organização e cooperação dos agricultores, mulheres e extrativistas para melhorar seu nível de vida” (ESTATUTO CAEAP). Não se trata de um erro do acaso. Na realidade, os associados agricultores e extrativistas são compostos por homens e mulheres. Isso deriva da difícil situação a que a mulher é submetida na sociedade local quando, às vezes, mesmo *na roça*, é a responsável pelo sustento da família; e, aqui, expõe-se de forma nítida a situação. Portanto, não se pode negar que há uma visão ambígua do gênero humano, que reflete valores de uma sociedade machista egocêntrica, perpassando o imaginário social dos camponeses locais; e, porque não dizer também das organizações? O que se fez foi deixar claro a necessidade de encarar tais problemas (de ordem sociocultural),

tal qual problemas de outras dimensões (de ordem socioeconômica e política) que igualmente os atingem.

Na prática isso também tem revelado formas de ações que refletem essa visão dual no âmbito da composição das associações que formam as bases de sustentação da Central. Os homens se organizam em associações a partir da produção agrícola e extrativista, numa economia de excedentes. Já as mulheres formam organizações que se vinculam mais à criação de pequenos animais, produção de bordados, artesanatos, sabão caseiro, e algumas atividades agrícolas e extrativistas, nas quais são previstos desde a auto-sustentação familiar até o excedente comercial. A força dessas organizações de “mulheres” é fundamental, pois nesse momento, no qual a central passa por sérias dificuldades, os grupos que ainda permanecem estruturados, participando ativamente das lutas pela rearticulação da Central, são formados predominantemente por pessoas do gênero feminino (camponesas).

Isso denota um grande avanço nas lutas dos movimentos sociais na Amazônia-acreana, sobretudo nesse município amazonense. Tal participação justifica-se, pois, no momento da pesquisa, a direção do STR/Boca do Acre é de uma mulher e há outras na composição da diretoria. “Elas tomam consciência e fazem, nós homens, devemos tomar consciência de que lugar de mulher não é só para cuidar de casa”, nos explicou o agente da CPT local.

Apesar de tudo, a situação da Central em si, nesse início do século XXI, é de uma organização quase desativada, devido à vários problemas que foram se acumulando nos últimos anos, variando desde a pouca competência administrativa, passando pela imaturidade política na formação de uma consciência associativista, até divergências políticas (partidárias), o que tem causado divisões internas.

Conforme um dos dirigentes atuais, esta visão equivocada, às vezes reforçada por interesses políticos pessoais, fazia com que, para muitos sócios, a Central fosse “coisa do governo”. Isso dificultava a formação política da Central e de órgãos de apoio como a CPT. Assim, no armazém da Central, “muitos quando levavam produtos diziam que isto era o governo que mandava para eles; e assim, entendiam que se vinha para eles, não precisavam pagar. Então, em pouco tempo, a CAEAP fechou as portas para o comércio, mas ficou a representação, que é a partir do que hoje tentamos reativar”, nos explicou o Sr. Davi (2002), o dirigente entrevistado. Então a CAEAP ficou como pessoa jurídica existente, mas com as funções comerciais suspensas. Contudo, apesar dessa situação, algumas associações caminharam individualmente, inclusive buscando financiamentos de projetos no exterior, com assessoria do CPT.

Atualmente, a partir do trabalho de identificação de quais as organizações que realmente querem trabalhar juntas, inicia-se uma reativação da CAEAP, que tem contado com pleno apoio da Igreja Católica, da CPT/AC, do CNS (com os trabalhadores extrativistas) e com setores do Governo do Acre. Nessa retomada desenha-se uma nova conjuntura. Definem-se e centralizam-se ações em representação e intermediações aos associados. Porém, a responsabilidade pela produção e comercialização de produtos e mercadorias ficará a critério das associações. Vemos nesses dados caminhos para uma reconstrução com autonomia, sem “apadrinhamento político”, e que provenha da retomada de consciência dos próprios esforços dos sujeitos sociais que permanecem na luta associativista. Uma especificidade que pode ser captada é que essas associações sempre se mantiveram aliadas aos sindicatos. Assim, em 2002, a Central estava documentada, com os impostos pagos, mas não atuando como devia.

A partir de 2001, a reativação acontece por iniciativa de algumas lideranças locais, apoiados pela CPT. Formou-se uma nova diretoria na qual a primeira medida está sendo o descredenciamento das associações que estavam inadimplentes. Este é o desafio da nova diretoria, “que tem crédito para enfrentar, pois já houve até duas novas associações que pediram filiação, inclusive um grupo de mulheres, que tem projeto para a criação de frangos, para o mercado local”, nos explicou o agente da CPT (Sr. Vitor, 2002).

Essas associações, que agora se rearticulam, são compostas por camponeses ribeirinhos, agricultores e seringueiros (homens e mulheres), mas com especificidades por gêneros humanos. Quanto à atuação feminina, dos três grupos que participam da CAEP, dois deles aceitam sua participação, desde que isso seja feito com aprovação familiar. Há um grupo que não aceita a participação masculina. A participação efetiva feminina é visto como algo de vera positivos, como alegou o agente da CPT local que “a mulher é mais envolvente, pois quando vai para a reunião leva a família, nisso é mais aberta e mais propagadora, pois o homem quando vai, vai sozinho”.

Então, no atual momento, a questão, mais do que um recomeço, é de retomada de uma luta já iniciada. Aqui não se parte do nada. Há experiência acumulada, há associações que se consolidaram, e ainda há alguns bens materiais obtidos que permanecem. A CAEAP dispõe do imóvel de sua sede na cidade de Boca do Acre (em reforma), de um pequeno estoque de mercadorias não perecíveis no prédio da sede e de um barco com motor de rabeta.

Mas como fica nesse conjunto a situação da produção e da comercialização? Dada a condição de semidesativada, trataremos de apontamentos relativos à produção e à

comercialização no período em que a Central esteve atuante. Contudo, como também já iniciam uma rearticulação, faremos algumas considerações sobre esse reinício.

No setor produtivo, os problemas vinham tanto da baixa escala de produção como da dificuldade em promover maiores agregações de valores aos produtos, perante a qualidade que apresentavam. Isso, segundo o dirigente entrevistado, vinha da tradição de plantar para o autoconsumo e da falta de assessoria técnica para o produtor. Todavia, no período que funcionou, a produção foi quase que exclusiva para o mercado local. Produzia-se a farinha-de-mandioca, o milho, arroz e a castanha-do-brasil. Quando houve excedente, comercializava-se em parceria com a COOPEC, na cidade de Rio Branco, no Acre.

Já em seus últimos anos de funcionamento e, até mesmo, nas associações que continuaram ativas durante o período de semi-desativação da Central, houve trabalhos visando a melhoria dos processos produtivos. Com apoio da CPT/AC, CNS e STR/local, a CAEP procurou incentivar o trabalho com produtos regionais, através de treinamentos para o plantio da pupunha e do café, assim como para melhoria na qualidade da farinha-de-mandioca produzida. Também houve o início do trabalho com a criação de pequenos animais (galináceos). Contudo, a produção é pequena e esse fato tem dificultado a atividade, pois não estão sendo gerados maiores poderes de barganha no mercado e o transporte se torna muito mais caro.

Com a rearticulação atual, estes camponeses estão cientes que terão de reelaborar seus projetos com vistas a um novo processo que se inicia. Porém, não partem do nada e algumas idéias projetadas já começam a frutificar:

- Toda a política de produção parte de princípios que valorizam as condições ambientais e os recursos amazônicos, numa ótica de práticas produtivas orgânicas, buscando superar a prática da monocultura e fazer com que o associado atue numa linha mais diversificada.
- Na criação de frango caipira, adaptados em sistema rotativo de granjas e pastoreio livre, busca-se forma de agregar mais valores, dando qualidade orgânica aos produtos. Embora já se prevejam os problemas que irão enfrentar na comercialização, devido à distância para colocar o produto no mercado, o frango, ao ser abatido, implicará em maior infraestrutura de transporte; por outro lado, colocá-los vivos, é viabilizado apenas no mercado local. Estes são desafios que já estão sendo discutidos.

Nessa rearticulação da Central, as associações também têm procurado incentivar o trabalho com produtos consumidos no mercado local, em que há potenciais para produzirem, mas que não são explorados. Assim, comentou o Sr. Davi (2002):

Dentro de uma associação temos que ser inteligente para ver que pode favorecer a ganhar um dinheirinho a mais. Aqui no nosso município não temos produção de mamão, rapadura etc. apesar de consumirmos. Então achamos que se a associação estiver organizada temos condições de fornecer esses produtos, inclusive para a merenda escolar.

As principais parcerias têm sido importantes, destacando-se a CPT na formação política e na orientação econômica, e a CNS, em processo semelhante (apenas nas associações ligadas ao extrativismo). Também foi com o apoio dessas entidades que, no passado, foi viabilizado o financiamento de projetos garantindo o funcionamento inicial e a formação do capital fixo remanescente. Todavia, no atual processo de reestruturação, contam com o apoio e o incentivo da CPT, porém agora os recursos são próprios das associações interessadas.

Com o STR, tem-se feito um trabalho conjunto de formação política e de conscientização na luta por melhores infra-estruturas para o produtor em seu espaço vivencial. Com a Prefeitura de Boca do Acre, tem-se conseguido algumas coisas, porém mais em nível de embate político por grupos mais conscientes, do que por parcerias ou apoio espontâneo. Do Estado do Amazonas, tem-se obtido apoio apenas na parte técnica da produção, junto a órgãos de extensão rural.

Sendo assim, na atualidade, qual universo no âmbito do espaço agrário *bocacrense*, representa as organizações associativas? Segundo o agente da CPT local, o Sr. Vitor (2002), no momento em que procedemos a esta pesquisa, eram aproximadamente quarenta associações de produtores rurais no município de Boca do Acre. Desse total apenas quatro estão se rearticulando na CAEAP. Isso demonstra, por um lado, o avanço das idéias associativistas no espaço agrário e, por outro, a pouca articulação interna do movimento; ambas as situações convivem paralelamente à desconfiança gerada nos anos anteriores.

Finalizando, podemos dizer que vemos na CAEAP uma experiência que, por todos os problemas enfrentados, oferece lições de *erros a não serem cometidos*, mas também da *persistência na luta* de grupos que não desanimaram. Para entendê-los, temos de considerar que essas organizações, como são compostas por homens e mulheres, são passíveis

de erros, como todos somos. Nesse sentido, isso nos mostra que, se a organização não tiver a solidez suficiente que permita a todos crescerem juntos em espírito solidário, e se o interesse individual prevalecer sobre o coletivo, não há como trabalhar juntos. Estes são os pontos que, nessa rearticulação, com a redução do número de núcleos associados, já tentam reverter⁶.

12.7 Central Bom Jesus do Abunã

A Central de Associações do Bom Jesus do Abunã é uma organização coletiva de camponeses da lavoura. Sua sede se localiza na *cidade* de Plácido de Castro, mas a base de ação fica no *campo* e na *floresta*. Foi fundada no mês de dezembro de 1995. O objetivo era viabilizar a organização comunitária, a produção, o gerenciamento, a administração, a comercialização dos produtos e a melhoria da qualidade de vida dos associados. Sua localização no município de Plácido de Castro confere uma proximidade da capital do Estado, o que poderia ter sido vantajoso para a colocação de seu produto num mercado mais amplo. Outro aspecto importante é que o município de Plácido de Castro faz parte da área que mais desenvolveu as atividades agrícolas e pecuaristas na região.

Como todas as organizações, surgiu também da necessidade de centralizar as ações de comercialização das associações. Houve um trabalho precursor, motivado pela Igreja Católica através da Paróquia Local, com a obtenção de financiamentos a projetos para formação de áreas de plantios em lavouras e reflorestamento, consorciada com a prática da apicultura. A CPT coordenou tais trabalhos. Ademais, como já era prática nas associações com a central, visava também ter maior força política de reivindicação por assistência técnica e, em especial, na garantia de estradas para escoamento da produção agrícola.

Também o STR local teve participação. No princípio, a participação do Sindicato foi muito importante, pois nele viabilizava-se ações que esse órgão não estava apto a exercer, como efetuar transações comerciais. Contudo, essa parceria não significou interferência, uma vez que a participação também é parte da luta (constituídos, centrais e STR são instâncias diferentes).

No momento da pesquisa (2002), a sede estava totalmente desativada, embora a organização estivesse legalizada com toda a documentação em dia. Mesmo desativada desde o final do ano de 1999, o legado dos tempos que esteve em atividade demonstra uma Central que congregou ações de vinte e cinco associações de produtores rurais, significando mais de trezentas famílias. Esses associados provinham de associações de

⁶ - No final do ano de 2003, constatamos que este processo tem caminhado, porém ainda não é o suficiente para apontar algo para além das informações aqui já expostas.

produtores rurais, caracterizadas predominantemente por camponeses agricultores e agrossilvicultores, mas também por camponeses da floresta (áreas de PADs e PAEs). São sob essas bases que várias associações se mantêm funcionando no espaço agrário, e que a CPT/AC e o STR/Plácido de Castro tem procurado atualmente incentivar a retomada do funcionamento da Central.

Nessa caracterização social e territorial, desde o final da década de 1980, os trabalhadores foram receptivos à expansão das idéias associativista e cooperativista. Por serem áreas de contados de correntes migratórias camponesas centro-sulistas com camponeses locais, a Central congregou uma grande diversidade de categorias camponesas. Eram pessoas com raízes em pontos diversos do país e que traziam outras experiências organizacionais.

Atualmente, o resultado desse processo é que, por um lado, as organizações comunitárias têm se revelado fortes; por outro, as tentativas de fortalecimento coletivo, através da Central, tem sido de fracassos constantes. Esta situação se deve a duas questões: à má gerência, na Central, dos recursos obtidos nas gestões passadas; e às divergências internas de facções de grupos políticos partidários que tentam manter o domínio. Com isso, uma luta política camponesa tem sido incompatibilizada pela partidarização das disputas internas na ação conjunta do campesinato. Então gera empecilhos à construção de um projeto que já se arrasta por mais de sete anos.

Todavia, a luta pela reestruturação é contínua. Nas reuniões com a CPT/AC, vimos que há grupos que almejam combater as tendências partidárias, formando bases para uma política coletivista camponesa. Não significa se isolar da realidade, mas entender que, apesar das conexões existentes, as dimensões da luta são outras. Contudo, já há muitos “estragos e descréditos” estabelecidos pelas experiências vividas. Diante dessas situações, algumas associações têm individualmente buscado romper com o isolamento, criando mecanismos próprios de comercialização, transportes etc. Conforme contato que estabelecemos com a CPT/AC no final de 2003, esses processos de retomadas estão em andamento, porém ainda não houve uma reativação total da Central.

Em suma, o exemplo da Central de Associações de Bom Jesus do Abunã deixa também um aprendizado de erros que podem desfazer conquistas coletivas, perante a visão individualista de alguns. Um projeto de vida coletivo parou perante pretensões pessoais, demonstrando que, quando não há compreensão do papel político de cada organização, o egoísmo de alguns pode conduzir todas essas iniciativas à destruição. Quando a isso se junta a má utilização de recursos obtidos (mesmo que a fundo perdido) por ações “obscuras”, gera descrédito. Isso tem sido parte da história desta Central.

12.8 A COOPEC

A COOPEC (Cooperativa das Centrais de Associações do Estado do Acre) é uma organização situada na cidade de Rio Branco. Sua criação resulta do entendimento de lideranças dos movimentos da *luta na terra*, de que era necessária a organização de uma entidade representativa regional que centralizasse a força das organizações na capital acreana. Na prática, o que se propunha era que a COOPEC funcionasse como “escritório de negócios” para as organizações localizadas nos municípios interioranos, almejando-se uma estrutura de rede comercial na qual essa Cooperativa seria centralizadora de todo processo de circulação de mercadorias (compra e venda).

O princípio da formação se deu com reuniões de lideranças de associações de Brasiléia, Xapuri, Plácido de Castro, Boca do Acre (AM.), Sena Madureira, Nova Califórnia (RO), e Rio Branco, sob a coordenação da CPT/AC. A necessidade provinha da dificuldade das centrais em atuar no mercado, pois juridicamente são reconhecidas como associação e se localizam em cidades distantes uma das outras. Por outro lado, uma organização de forte cunho comercial centralizada e localizada estrategicamente no principal centro comercial, paralelamente à condição de centro de decisões políticas de uma capital de unidade federativa brasileira, poderia tornar mais ágil a ação de todos.

No dia 27 de abril de 1996, a COOPEC foi instituída como organização jurídica apta a negociar no mercado e dar legitimidade à união dessas organizações. A sede ficaria na cidade de Rio Branco, mas viabilizaria as transações comerciais das organizações de toda a região amazônica-acreana. Os associados seriam das Centrais de Associações e Cooperativas que atuam em áreas da Amazônia-acreana. Então, a COOPEC atuou pelos dois primeiros anos, porém com muitas divergências internas e poucos projetos executados.

Nesse período, atuando dentro dos propósitos iniciais, tiveram dificuldades de difundir suas ações num sistema de rede comercial das organizações. Os problemas vieram da demora dos projetos e da busca de fomentos⁷, das divergências políticas internas, da precária situação financeira, da insuficiência de gerenciamento, da pouca participação dos associados e da variação da qualidade dos produtos a serem colocados no mercado. Perante isso, cada organização procurou criar estratégias próprias, de forma que o projeto de uma cooperativa central, gradativamente, foi sendo relegado a planos posteriores. Isso expressa que, mesmo com os avanços conquistados, ainda há questões limitando “maiores vôos”, na

⁷ - Sobretudo quando dependia de órgãos externos para elaborá-los, como na exaustiva demora da EMBRAPA na elaboração do Projeto básico de “apoio ao desenvolvimento organizacional para a agricultura familiar”.

continuidade dos movimentos sociais camponeses na Amazônia-acreana, em que os agentes apoiadores externos tentam forçar⁸.

Já por volta de 2000, em face do incentivo do Governo Estadual para a organização dos camponeses (“trabalhadores rurais”), os associados remanescentes na região próxima de Rio Branco decidem dar continuidade ao projeto de uma cooperativa local. Isso viabilizaria uma organização de caráter produtivo e comercial, ante as ajudas fornecidas, sobretudo no campo financeiro e de espaço físico, em galpão situado na proximidade do Porto Fluvial de Rio Branco. Juntou ainda um crédito de aproximadamente 90.000 reais. Para continuarem, agora necessitariam de alguns reajustes na delimitação da área de atuação e na definição de novas formas para estabelecimento de parcerias com outras organizações coletivas regionais.

Nesse sentido, define-se a área do “Baixo Acre” (o que corresponde à Microrregião Geográfica de Rio Branco), como seu território de ação. Agora desvinculam dos propósitos do projeto inicial e refazem suas pretensões de forma mais localizada no plano espacial (áreas próximas de Rio Branco), social (camponeses) e produtivo (produtos agropecuários e agrossilvícolas). Podem se associar tanto as associações como os próprios camponeses (que devem estar vinculados a uma associação de produtores, ainda que esta não esteja ligada a Cooperativa). Atualmente, conta-se com doze associações filiadas, proporcionando um quadro social de aproximadamente trezentos e trinta associados. Nesse processo, houve então uma nova denominação para a COOPEC como Cooperativa dos Produtores Rurais e Extrativistas do Estado do Acre, porém sob a mesma sigla.

No período que funcionou como uma cooperativa comercial central, a COOPEC atuou com diversos produtos conforme o interesse de seus representados. Em tempos mais recentes, já como uma cooperativa de produção e comercialização, começam a optar por produtos agropecuários e extrativos, entendendo que a preocupação ambiental é também uma porta para viabilizar ações produtivas e daí lançarem bases para suas políticas agrárias próprias. São nesses propósitos que procuram alternativas para otimizar a criação de gado, para plantação de lavouras brancas e agrossilvícolas. Assim, explicou-nos o atual

⁸ - Referimos que, com isso, tivemos três projetos de organizações fomentados pelo trabalho da CPT/AC e que enfrentaram muitos problemas de continuidade: A CAEAP, a Central Bom Jesus do Abunã e a COOPEC. São projetos espelhados no exemplo bem sucedido do RECA e da CAPEB, em que não obteve os resultados esperados. Então, será que essa situação deriva da forma de ação da CPT na condução inicial da organização? Terá isso implicado na pouca solidez dessas organizações? Não queremos colocar em xeque a importância da ação da CPT/AC, como fomentadora da organização social no *movimento de luta na terra* na região. Apenas chamamos atenção para a necessidade da autocrítica que, às vezes, na busca de acertar, acabamos por atrofiar um processo em andamento. São tempos e práticas diferentes, que o agente externo tem que considerar num processo como esse.

presidente da organização Sr. Francisco Fiesca (2002): “hoje se um projeto não tiver essa caracterização do ambiente, não se tem respaldo. A recuperação de áreas degradadas, com a plantação de leguminosas, é uma forma de manter a adubação natural”. São nessas áreas a serem recuperadas que se projeta a formação de SAFs.

Este preparo do associado, segundo o dirigente entrevistado, virá com a assistência técnica e produtiva a ele. Para isso, é necessário firmar parcerias com órgãos do Governo Estadual e com algumas organizações de apoio como a CPT/AC, o CNS e o STR. Assim, atuando conjuntamente, serão desenvolvidas ações com vista à capacitação, ao melhoramento da produção e também à comercialização e organização interna.

Enquanto funcionou como cooperativa central, a COOPEC promoveu venda de produtos em escalas de mercados diferenciadas. Isso se efetivava, pois, ao intermediar a comercialização de outras organizações, representava um montante razoável de mercadoria a ser negociada. Com o fracasso no projeto inicial esta ação ficou mais reduzida. No momento, os produtos agrícolas comercializados pela COOPEC compõem os ramos alimentícios voltados para o próprio mercado local. Os produtos extrativos são a borracha, com uma pequena produção vendida para a usina Chico Mendes; e a castanha-do-brasil, que tem sido exportada para a Bolívia. Todavia, no mercado local, o ponto mais forte é a comercialização de arroz, farinha-de-mandioca e frutas (banana, abacaxi e pupunha).

Mesmo diante da situação exposta, a COOPEC ainda tem servido de apoio e parceria para a comercialização de produtos de organizações mais distantes. Isso se dá, em especial, quando estas organizações buscam atingir o mercado da capital com suas mercadorias já beneficiadas. Um exemplo tem sido a colocação da farinha-de-mandioca da CASAVAJ no mercado de Rio Branco. Tal condição de parceria é viabilizada, pois como está sediada na capital acreana, sua condição central no âmbito das relações de produção do espaço regional amazônico-acreano é inegável. Como explicou o Presidente, a COOPEC ainda pode constituir numa alternativa para enfrentamento de mercado, mesmo não sendo mais uma cooperativa das outras organizações:

Estamos parceiros para facilitar a comercialização e podemos ser parceiros representantes deles aqui na capital. Nisto cada organização poderá crescer o tanto quanto for possível, mas nós continuamos parceiros. Isso se dá quando trocamos produtos em momentos de grande necessidade e comercialização, o que não tem implicado em impedimento ao crescimento de outras organizações e mesmo o nosso, ao contrário. Estamos organizando, pois aqui na capital não tinha uma cooperativa que atendesse aos trabalhadores como ocorrem noutros municípios. Se esta

localização pode facilitar para outros, podemos ser parceiros, podemos repassar o produto. Isto é objetivo de uma parceria; aqui não se quer competir.

Cabe salientar que em nível federal tem havido apoio, sobretudo do ponto de vista técnico e na elaboração de projetos, como da EMBRAPA e do Ministério do Meio Ambiente, com recursos obtidos para financiamento de projetos dos associados.

A COOPEC, no conjunto do *movimento da luta na terra*, em seu projeto inicial viria dar uma sustentação maior aos avanços, sobretudo na circulação de mercadorias das organizações interioranas. Todavia, seu fracasso demonstra que o projeto coletivo das organizações ainda não está amadurecido. Então, no contexto da luta, entendemos que houve uma (re) significação de projetos coletivos nos quais há um exercício da “alteridade individual” (distinção do projeto de cada organização, como manifestação de *habitus* coletivos, mas distintos) nos propósitos de cada grupo representado. É essa condição que os separam na firmação de um projeto coletivo em amplitude regional (o que somente será possível quando esta condição for tomada pelo exercício de uma alteridade coletiva, isto é, da *classe para si*, no âmbito da reprodução social geral). Então, expressa a força da *fronteira da alteridade* em rearranjos sociais e territoriais, no âmbito de movimentos sociais territorializados (como da *luta na terra*), como condição distintiva (manifestações de *habitus específicos*) quando a realidade se mostra como face da luta da classe camponesa em si⁹.

No momento atual, no processo de revisão de suas metas, a COOPEC redimensiona suas estratégias. Entende que as associações devem se voltar para a organização da vida social, política, cultural, produtiva e comunitária, enquanto que a Cooperativa, além de apoiar tais dimensões associativas, otimizará a busca de fomentos e a comercialização em escalas diferentes de mercado, numa dimensão mais coletiva.

Nisso vemos que as lições expressas aqui se referem à capacidade de rever projetos, sem afastar-se da luta, apesar dos “atropelos vividos”. No atual processo que se vive, a COOPEC revê formas de ação numa visão territorialmente mais definida, contra a proposta do “cooperativismo amorfo” deixado após o fracasso do projeto inicial.

12.9 A Cooperativa Chico Mendes

A Cooperativa Chico Mendes está definida como cooperativa de produção objetivando atuação regional voltada, exclusivamente, para atividades extrativistas da

borracha. Sua sede administrativa e operacional fica na cidade de Sena Madureira. Porém, sua área de ação para efeitos de admissão de cooperados está aberta a organizações de trabalhadores extrativistas de todo o Estado do Acre, como de outros estados brasileiros, desde que atuem nesse campo produtivo. Atualmente, seus associados ainda são todos de Sena Madureira, e seu funcionamento ocorre por arrendamento da Usina de Beneficiamento de Borracha, sob a razão social da Cooperativa, por agentes externos (profissionais diversos vindos de Rio Branco).

A organização foi fundada com o nome de “Cooperativa Agroextrativista dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira”, em primeiro de agosto de 1997¹⁰. Constituiu-se numa reunião na sede do STR local, estabelecendo uma quota-parte subscrita de R\$ 10,000. Nessa fase, definia-se territorialmente o município como área de ação, voltada para o trabalho numa organização de produção mista: extrativa, lavoura, pecuária e silvicultura.

O objetivo básico era que, através da congregação de forças de trabalhadores extrativistas, realizassem a defesa de seus interesses e promovessem melhorias econômicas e sociais na qualidade de vida dos cooperados. Para isso, desenvolveriam ações no recebimento, transporte, classificação, padronização, armazenamento, beneficiamento, industrialização e comercialização da produção de seus cooperados.

A cooperativa funcionou praticamente até o início de 2000. Já em 1997, foi celebrado junto ao Conselho Nacional do Seringueiro (CNS) um Acordo de cooperação técnica com a Pirelli Pneus. Essa se comprometia em alocar recursos humanos necessários para a formação técnica de mão-de-obra apta a difundir o preparo de placas brutas defumadas de borracha, e em comprar esses produtos semi-industrializados.

No mesmo ano, por um acordo com o IBAMA, obteve-se recursos para a montagem de inicial da estrutura física da cooperativa e da indústria de beneficiamento da borracha. Em 1999, a Cooperativa solicitava ao CNPT – Centro Nacional Desenvolvimento Sustentado (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO, 2001), repasses de recursos financeiros para a ampliação da capacidade produtiva da usina. A partir daí, começa a enfrentar maiores problemas internos num processo acumulativo até o final de 2000. Diante da crise principiada, a liberação desse e de outros recursos estaduais e federais, pouco interferiu no

⁹ - O que seria, na verdade, aspectos da ambigüidade da luta interna da classe, como empecilho para a união das diversas organizações em torno de uma só (a COOPEC). Daí a condição de consciência de classe manifestou fracamente, sobressaindo as proposições da individualidade de cada organização.

¹⁰ - As informações sobre a situação de crise da cooperativa até seu arrendamento a que estaremos referindo, somente foram possíveis graças ao acesso ao RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS USINAS DE BORRACHA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (2001). Não tivemos acesso a maiores informações, além das

cumprimento de seus objetivos básicos. A ineficiência administrativa e má (ou “desconhecida”) aplicação dos recursos, rapidamente levou a cooperativa à inoperância. No referido período, aconteceram roubos no escritório, de forma que documentos importantes desapareceram. Essa “violência” e o descompromisso de alguns prejudicaram muitos seringueiros que esperavam ter aí o ponto de apoio que precisavam para a sua atividade produtiva.

Com o fracasso da organização, os capitais fixos já constituídos foram repassados ao IBAMA, que tinha sido o principal doador do patrimônio formado. Daí há uma sequência de petições até seu arrendamento. No início de 2001, uma carta de intenção é enviada pela ACREBOR (Acre Borracha Ltda.) à Cooperativa, em que se propunha o arrendamento da usina de borracha natural (o valor da negociação era de R\$ 1.000,00 p/mês). Em seguida, a Cooperativa encaminha a Carta Proposta ao IBAMA, solicitando que o patrimônio doado por esse órgão fosse repassado à SEFE (Secretaria Estadual de Floresta e Extrativismo), visando a reativação em parceria com a ACREBOR.

O IBAMA argumenta que não cabe a ele decidir. Cabe aos interessados decidirem desde que tenham como base os objetivos especificados no termo de doação dos implementos (promoção de atividade que preserve o ambiente e eleve ganhos sociais aos envolvidos), desde que as partes envolvidas estejam de acordo, ratificando a proposta em Assembléia Geral. Assim, em março do referido ano, é efetuada a transferência para o patrimônio do Estado do Acre, com termo acordado aceito pelo IBAMA e CNPT. Recomendava-se que o Estado acompanhasse o trabalho junto à cooperativa no que refere ao arrendamento. No final do referido mês, ainda em 2001, a SEFE encaminha a documentação necessária para a formalização do Termo de Concessão e Uso das Usinas de Beneficiamento de borracha (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ..., 2001).

A partir de então, firma o arredamento da usina que funciona juridicamente sob as mesmas bases do empreendimento coletivo da Cooperativa Proprietária. Porém, agora, com a razão social definida sob o nome de Cooperativa Chico Mendes, ainda mantida toda a diretoria composta de doze dirigentes, com cerca de 1600 associados, de forma que a Cooperativa “persiste” por trás dessa “negociação” efetuada. Há uma diretoria, a qual é disposta por doze membros, hierarquicamente distribuídos a partir do Presidente que administra apenas a manutenção do capital fixo e do valor monetário do arrendamento recebido. Todo o gerenciamento da produção e comercialização são feitos pelos arrendatários.

No âmbito do retorno com ganhos locais, cabe ressaltar que, no período em que pesquisamos, o empreendimento gerava 36 empregos diretos, cujo nível salarial está por volta de um salário mínimo e meio. A maioria desses trabalhadores são filhos de seringueiros que vivem na cidade ou vieram para este fim. Todavia, esse quadro tem onerado muito o empreendimento, pois parte do ano, por não ter produção, “esse trabalhadores ficam semi-ocupados e recebendo normalmente”, nos explicou a secretária (Sra. Marileide, 2002). Deve-se essa situação à questão de que na atualidade toda a borracha produzida no Estado não abastece a capacidade da usina. Do que podemos prognosticar que, diante de tal situação, outras formas de relações de trabalho poderão ser estabelecidas, dado que isso foge à lógica do lucro e os arrendatários, certamente primam por isso.

De qualquer forma, segundo o Presidente Sr. “Dinho” (2002), nesse período de arrendamento, a organização tem movimentado um capital de giro em torno de duzentos e cinquenta mil reais anuais. “Geramos a maior divisa para o município, sendo que só de impostos pagamos em torno de vinte a trinta mil reais”. Contudo, alega que a Cooperativa, por uma questão partidária, não tem parceria e nem ajuda do Poder Municipal de Sena Madureira.

Sabe-se que, no início da organização, tentou-se trabalhar com vários produtos agrícolas extrativos. Como vimos, diante de fracassos constantes e da paralisação das atividades do empreendimento coletivo, no contexto do arrendamento atual só trabalham com a borracha nativa. Porém, diante da viabilidade do negócio, por indicativos dos arrendatários, a cooperativa está incentivando aos associados o plantio de culturas diversificadas em áreas desmatadas. Esta diversificação também ocorre na busca de encontrar outros produtos extrativos com grande viabilidade comercial, em que já aponta para a extração do óleo de copaíba. Com isso, como nos explicou um dirigente, “queremos mostrar que produzir numa área desmatada, não necessariamente tem que ser voltado para a produção de gado. Há outras possibilidades para plantar e obter renda. Isso também vale para a mata em pé” (Dinho, 2002).

Atualmente, a borracha produzida e semi-beneficiada é vendida exclusivamente para a Indústria Pirelli Pneus. Essa transação comercial se dá a partir de contrato firmado com a referida indústria, no qual está previsto o fornecimento mensal de até cem toneladas do produto. O que não está ocorrendo “porque não se tem produção suficiente”, como nos falou o Presidente da organização, Sr. Dinho (2002).

Para os anos seguintes já planejam atuar também com a castanha-do-brasil, para a qual estão buscando mercado. Conforme nos explicara o referido dirigente, trabalhar

com produtos locais é bom, pois “fica mais fácil buscar mercado quando o que oferecemos é um produto da floresta, produto nativo, livre de qualquer contaminação e que representa a preservação das matas”. Vemos que estes também recorrem ao simbolismo do “sentido ecológico” impregnado na mercadoria dos produtos das florestas; e, claramente as organizações coletivas já têm noção disso.

Assim, mesmo não gerindo o negócio em si, o dirigente entende que, falar de desenvolvimento, na região, tem de compreender que o “sustentável” somente ocorre quando “as pessoas têm como viver bem na floresta”. Ele vê isso no trabalho dos arrendatários, pois promovem ganhos para seus associados. Este ganho, muito mais do que do pagamento do arrendamento, vem da compra da produção da borracha. Contudo, cabe-nos salientar que no momento em que estivemos fazendo esta pesquisa, o próprio negócio arrendado da cooperativa dependia enormemente dos repasses do Governo Estadual com os subsídios da borracha. Seguramente, como salientou o dirigente entrevistado, sem esta “parceria” do Governo do Estado, a Cooperativa não terá como se manter no mercado.

Afinal, qual o significado desta cooperativa no âmbito da *luta na terra*? Na verdade, a Cooperativa Chico Mendes, nesse início de século XXI, representa o resultado de um desvio dos propósitos gerados no âmbito da *luta na terra*. No contexto do movimento, vimos que buscam criar formas para que os próprios trabalhadores assumam a gestão de seus negócios. No caso aqui tratado, depois de tentativas e insucessos, o que vemos são os patrimônios coletivos, construídos na luta, sendo repassados à iniciativa privada. Essa passa a operar sob a estrutura da Cooperativa, tendo sua base produtiva nos mesmos sujeitos sociais, nas mesmas idéias da antiga cooperativa, mas com a apropriação privada dos ganhos, ainda com apoio do poder público estadual.

Isso demonstra a fragilidade de uma organização não formada sobre base sólida dos movimentos sociais e que não teve força de continuar, mesmo na crise, a caminhada iniciada. Como não foi madura suficiente, não contornou as dificuldades na gestão e isso os levou à inoperância. Tal situação justificaria que, dois anos após a criação da “Cooperativa Agroextrativista dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira”, fosse criada a COOPERIACO, que viria a atuar sobre a mesma área territorial definida e em setores produtivos rurais idênticos (antes da Cooperativa Chico Mendes).

Após o arrendamento, todas as metas de atendimento se resumiram ao trabalho com a borracha natural, sendo a Cooperativa Chico Mendes”, na verdade, uma usina de beneficiamento. Sua ação agora é a de uma organização que se define num conceito empresarial privado, no contexto da política de “desenvolvimento sustentável” do Governo da

Floresta. O Governo do Estado é, sem dúvida, o grande parceiro, ou melhor, o fomentador dessa organização.

A Cooperativa arrendada, então, funciona comprando borracha de trabalhadores organizados em associações. Para isso, por um lado, conta com a base que lhe precedeu e, por outro, com a obrigatoriedade da participação do trabalhador em associação para acessar o benefício do subsídio da borracha, acirrando cada vez mais um controle do capital sobre a produção camponesa florestal, com metas de lucros individuais sobre propósitos de uma organização coletiva. O maior problema é que esse “negócio florestal privado” se estabelece sobre um espaço antes conquistado pelos camponeses. É um recuo, ou melhor, uma perda do espaço conquistado na luta.

Vemos então a concretização de uma forma da iniciativa privada operar sobre base produtiva coletiva, sob o pressuposto da “gestão sustentável do negócio florestal”. Há um forte cunho ideológico que perpassa essa situação. Assim, por um lado, buscam demonstrar a possibilidade de conciliar a exploração “racional” dos recursos naturais amazônicos, via empresas privadas, “integrando harmonicamente” as pretensões dos camponeses florestais “organizados” (“disciplinado a produzir”), sobretudo após demonstrarem dificuldades em gerir seus próprios negócios. Por outro lado, nisso pode estar sendo fortalecido o “mito” de que o que é “bom negócio” para o empresário, é também “bom negócio para o trabalhador”, ressaltado pelo dirigente entrevistado.

A bem da verdade, aí se tenta abafar as dimensões das contradições presentes no movimento da *luta na terra*, como expressão da luta de classes. Com isso, difundem a ideologia da incapacidade dos camponeses em gerir seus próprios mecanismos de resistências em seus territórios e espaços vivenciais. O que é uma falsa idéia, como já demonstramos na persistência do trabalhador nas organizações tanto naquelas com problemas como naquelas melhores sucedidas.

O Estado, ao assumir o controle da organização em crise, e depois repassá-la à iniciativa privada, mostra certo descrédito na capacidade de organização empresarial coletiva dos camponeses organizados, pois firmam possíveis metas de uma política apoiada pelo Estado para a operação de empresas privadas, sobre estruturas físicas e sociais de organizações coletivas e comunitárias que não foram bem sucedidas. Então, poderá aí estar se consolidando novos mecanismos de subordinação do trabalhador camponês florestal ao capital, sob a lógica empresarial da ideologia do “desenvolvimento sustentável”. Nessa visão,

a “sustentabilidade” é para a empresa privada e não para os associados. Isso é fruto de uma visão neoliberal incorporada pelo projeto político do atual Governo Acreano¹¹.

Finalmente, estamos certos de que, numa sociedade de mercado como a nossa, a iniciativa privada tem o seu papel no processo de desenvolvimento. Todavia, sob ponto de vista da geração da autonomia aos trabalhadores organizados, a Cooperativa Chico Mendes seguramente não é um exemplo. Poderá ser até para o “empreendimento privado”, mas para o “empreendimento coletivo” certamente não é.

12.10 A COAF

A Cooperativa Agroextrativista de Feijó (COAF) é uma organização coletiva que visa garantir ganhos para os produtores camponeses associados. Sua sede fica na cidade de Feijó, porém sua estrutura é composta por trinta e três grupos (associações e entrepostos) localizados em áreas agrárias do município. Ao todo, isso garante uma quantia de quase seis mil pessoas ou de mil famílias vinculadas à Cooperativa.

Dadas as características do espaço rural do município com predomínio de florestas primárias, suas atividades estão fundamentalmente ligadas aqueles de caráter agroextrativista. Portanto, seus associados são predominantemente seringueiros que se dedicam à atividade da extração do látex, da coleta de sementes, de lavouras brancas, pequena pecuária de auto-sustentação e a gradativa introdução de atividades de agrossilviculturas. Contudo, o principal produto ainda é a borracha. Esse produto é comercializado com a Cooperativa Chico Mendes de Sena Madureira, onde é transformado de repassado à indústria de pneumáticos e artefatos de borracha do Centro-Sul do país.

Seguramente, nesse início do século XXI, a COAF é uma das organizações coletivas camponesas mais bem sucedidas da Amazônia-acreana. A vinculação de um forte trabalho de formação e difusão do cooperativismo tem feito com que, nos mais distantes rincões do município, camponeses florestais se organizem. É interessante a proposta pedagógica que desenvolvem; esse trabalho de formação é feito por dois agentes difusores, que levam as idéias de luta e organização cooperativista e associativista como alternativa para melhorar a vida dos moradores da floresta. Esses agentes são seringueiros (esposo e esposa) que visitam outros nas comunidades, fazendo palestras, discutindo com os trabalhadores em

¹¹ - Não que isso seja novidade ou que seja condenável. Porém, a questão é que este Governo é formado por forças políticas que atuaram contestando a visão liberal, sempre presente nos governos que lhe precedeu. Esperávamos sim que a iniciativa privada tivesse seu espaço reconhecido pelo Governo do Estado. O que questionamos é o papel do Governo intermediando a retomada de espaços conquistados pela luta desses camponeses, devolvendo-os à iniciativa privada.

suas colocações, criando a necessidade destes se organizarem. Somente depois, por solicitação das comunidades, já iniciada a organização, obterá a vinculação à Cooperativa.

Nessa perspectiva, a COAF lança bases que gradativamente melhoram as condições de vida dos camponeses associados. Atuam, inclusive, com sistemas de aviar mercadorias, de transportar produtos, de garantir o repasse de subsídios estatais ao preço da borracha e, também, de comercializar os excedentes de produção agrícola de seus associados na cidade. Além disso, garantem um processo de formação política e de orientação técnica aos associados; uma mercearia com produtos variados na cidade (víveres, ferramentas etc.); e local para armazenamento de produtos, entre outros benefícios.

Em Feijó, a instituição cooperativa remonta há décadas atrás, ainda numa organização de caráter patronal. Por volta de 1979, foi criada a Cooperativa Agropecuária de Feijó, formada por proprietários criadores de gado e alguns seringueiros que se dedicavam também à atividade de criação bovina. No ano de 1986, foi desativada, permanecendo o prédio e a documentação com sérias pendências, sem que houvesse sua dissolução.

Em 1996, os movimentos sociais organizados sentem a necessidade de criar uma cooperativa no município de Feijó. Como já havia uma que estava abandonada, os trabalhadores organizados a retomaram e colocaram como parte de suas lutas. Assim, em 1997, começa a se reestruturar sobre a antiga cooperativa patronal uma organização coletivista do campesinato da floresta, sob o nome de Cooperativa Agroextrativista de Feijó – a COAF. Para o início da organização, a formação do capital proveio das cotas-parte estabelecidas. Estas foram estipuladas em um salário mínimo dividido em vinte vezes. Todavia, o capital de giro, sobretudo para manter o sistema de entrepostos, até o presente momento foi obtido via Ministério do Meio Ambiente com financiamento de projetos.

A COAF tem, agora, seu corpo social formado apenas por associações de seringueiros. O principal objetivo de seu surgimento foi que com a organização sindical, logo os trabalhadores perceberam que precisavam, em sua organização, de uma instância que contribuísse para a comercialização de seus produtos. É nesse momento que a *luta pela terra*, ao garantir o direito sobre ela, ganha da dimensão de *luta na terra*, por condições objetivas que possam fortalecer sua permanência em seus territórios de vivência familiar (colônia, colocação, lotes de projetos de assentamento).

Nesse princípio de século XXI, a Cooperativa atua também na orientação de produção com melhor qualidade, comprando em melhor preço a produção de seus associados. Com a efetivação de instâncias de comercialização na compra e venda de produtos, tem eliminado a ação dos atravessadores. Por outro lado, dadas as distâncias consideráveis por

vias fluviais, entre os lugares, criaram-se formas de atender, inclusive, aquele sujeito que vive em áreas distantes da cidade e que raramente vem até ela. Nesse propósito, a Cooperativa leva a mercadoria até o trabalhador e adquire sua produção, trazendo-a para a sede na cidade. Na verdade, há uma recriação de formas de aviamento, mas na qual esse sujeitos vinculam a cooperativa através do núcleo que pode ser uma associação, ou um entreposto comercial (quando trata de poucas famílias ou de um princípio para uma organização associativa). Nesses núcleos descentralizados da COAF, as associações são administradas pelos próprios seringueiros e os entrepostos por alguém da Cooperativa.

Seguramente, podemos afirmar que, sem um forte trabalho de formação política, isso poderia e poderá ter um efeito nefasto, pois dá a “falsa idéia” de que está ocorrendo uma recriação de relações dos antigos seringais. O que ocorre, entretanto, é que, utilizando um legado de tempos anteriores, podem criar uma alternativa de tornar menos penosa a vida de quem vive em localidades mais distantes dos centros comerciais locais.

Sob o ponto de vista administrativo, a COAF tem uma diretoria composta por sete pessoas, eleitas para mandatos de três anos. Estes são: presidente e vice, secretário e vice, tesoureiro e vice e um diretor de produção e meio ambiente. Ainda se tem um conselho fiscal que trabalha com mandato em tempo semelhante. Não há remuneração para todos, mas o presidente e o diretor recebem, pois tem que administrar os empreendimentos que ficam na cidade, quando estes moram em áreas da floresta. Além disso, na sede, a equipe é completada com dez funcionários (secretária, motoristas, barqueiros etc.) todos com carteira de trabalho registrada. Os valores pagos variam entre um e dois salários mínimos. Entre os funcionários, alguns são filhos de seringueiros, mas há também pessoas da cidade, quando há necessidade da ocupação de cargos mais especializados.

Em situações especiais a Cooperativa tem viabilizado o atendimento a outros serviços nas comunidades distantes. Então, contribui na manutenção de escolas, na alfabetização de jovens e adultos e também no auxílio ao atendimento médico e odontológico.

Noutra frente de luta, a COAF tem atuado reivindicando a implantação de uma RESEX em áreas do alto curso do Rio Envira. Isso se justifica, pois, além do grande número de famílias que habitam essa área, inclusive com associações já consumadas, trata-se de um território florestal com grande potencial natural de espécies como a andiroba e a copaíba, em suas matas naturais. Com isso, definirá espaço para o manejo dessas árvores, mas também para a recuperação de áreas desmatadas com o cultivo de outras espécies florestais de grande importância natural e valor comercial, tanto na formação de lavouras de *agrossilviculturas* como pela técnica de *enriquecimento de espécies*.

No início das atividades, além do extrativismo, a COAF trabalhou com produtos agrícolas como o arroz, a farinha-de-mandioca e o milho. Porém, a baixa qualidade dos produtos repassados à Cooperativa limitava sua entrada no mercado. Então, a borracha se sobressaiu como o principal produto, especialmente após a promulgação da Lei Chico Mendes (Lei Estadual do subsídio à produção da borracha natural).

Na busca de ampliar a capacidade produtiva, a cooperativa tem implantado políticas que visam combater a extração predatória, com pouco cuidado das árvores produtoras do látex. Então, promove a conscientização de que é necessário priorizar a qualidade da produção, a conservação das seringueiras e das florestas em si, enquanto fonte de recursos econômicos, mas também como parte de seu espaço vivencial. Isso é realizado no oferecimento de cursos e treinamentos para os cooperados.

Para viabilizar a vida de seus associados, a COAF, como já referimos, estabeleceu um sistema de atendimento em que procura chegar mais próximo possível destes. Como há regiões em que a borracha só pode ser retirada no período de cheias dos rios, há aí escassez de dinheiro em certas épocas do ano. Então, as necessidades atingem as comunidades mais distantes, tornando a vida muito difícil mesmo quando tem uma boa produção. Para diminuir tais efeitos, atuam em dois sentidos: primeiro, criando formas de aviamentos a esses produtores; e, segundo, incentivando-os a diversificar a produção extrativa e atuar com pequena agropecuária para o autoconsumo familiar. Mesmo assim há limitações, pois em certas épocas do ano, em face da dificuldade de vias de transportes, ocorre escassez de mercadorias manufaturadas.

Os entrepostos da Cooperativa¹², com pequenas cantinas (assim, são chamadas as pequenas “mercearias”), têm facilitado e até diminuído tais efeitos, mas o *ativo fixo* da organização não é, ainda, suficiente para agüentar a demanda. Com isso, ficam na dependência de financiamentos e de repasses externos (como do Governo Estadual ou Federal). Os entrepostos estão em lugares onde não há associação de produtores consolidada; nele a cooperativa atua comprando a produção do camponês local levando mercadorias para serem comercializadas. Aí pagam a mercadoria com a produção; quando tem saldo, ao se optar por receber em dinheiro, o trabalhador terá que se dirigir à sede da Cooperativa na cidade de Feijó.

¹² - Nos entrepostos, os veículos das cooperativas circulam temporariamente para deixar produtos manufaturados e coletar a produção adquirida do produtor local. É de um entreposto comercial da cooperativa que se instala numa comunidade que começa o incentivo à organização de uma associação local. Uma vez formada a associação, começa a transferir a administração e a gerência do entreposto para esta. Como alguns já

Contudo, com esse apoio, a produção da borracha vem crescendo anualmente. Em 1999, obteve-se uma produção de 25 toneladas, em 2000 saltou para 100 toneladas, e no ano de 2001, chegou-se a 300 toneladas de borracha produzida e negociada.

Atualmente, trabalham na perspectiva de produzirem em escala comercial o óleo de copaíba. Para isso, há um projeto de mapeamento das árvores de copaíba com acompanhamento do IMAC (Instituto do Meio Ambiente do Acre). Assim, conhecendo o potencial de produção, prevê-se o montante a ser produzido de forma a manejar a extração do produto sem levar à degradação da árvore produtora. A extração será feita via associações, sendo a comercialização realizada pela Cooperativa. Outro projeto produtivo está voltado para a produção de laticínios, previsto o arrendamento de uma indústria particular desativada, que, sendo viável num futuro próximo, poderá ser adquirida. Com isso, cria-se um departamento de agropecuária em que o produto poderá ser adquirido de sócios e não-sócios. Contudo, isso somente seria iniciado a partir de 2003 (ao que se pode confirmar, até o final do referido ano, que apenas as negociações da estrutura física caminharam).

Considerando as dificuldades de trabalhar na base da organização, numa parceria e comprometimento com a luta, o STR de Feijó tomou para si a responsabilidade de fomentar a formação de associações, num trabalho conjunto com agentes de cooperativa. Esta parceria se torna fundamental, pois estamos diante de uma realidade na qual o STR foi precursor da organização associativista e cooperativista da formação política destes camponeses florestais. Assim, a difusão dessas idéias organizativas viria como forma de racionalizar o trabalho do camponês florestal e fortalecer sua condição em seu território de vivência. Além disso, o STR tem viabilizado embarcações para a Cooperativa e associações, o transporte de pessoas e mercadorias, como também participado ativamente nas decisões internas da Cooperativa, sem, contudo, ter poder de interferência em assuntos próprios desta.

As parcerias com o setor público se deram em nível Federal e Estadual. Em nível Federal veio sobretudo com o financiamento de projetos para o trabalho com óleo de copaíba e para a montagem do capital fixo inicial da organização, através do Ministério do Meio Ambiente. Em nível Estadual, nos últimos anos, tem-se dado nos repasses de subsídios para a borracha. Com a SEATER/GP, com a SEFE e com a CETAC (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre), tem-se obtido cursos de apoio ao cooperativismo, de treinamento para seleção de mudas e manejo florestal (manejo da copaíba) e até de elaboração de planilhas das atividades da Cooperativa. Com o CNS, tem feito

movimentavam certa quantidade de bens, vão gradativamente ganhando autonomia e tornam-se uma associação. Só então esta se vinculará à Cooperativa que centraliza as ações de várias associações.

importantes trabalhos de formação e preparação para melhorias no padrão produtivo local. Também obteve apoio na articulação de projetos desenvolvidos e de outros que estão em fase de implantação (produção de óleo de copaíba, diversificação produtiva no extrativismo e na introdução de SAFs).

Portanto, indiscutivelmente, em termos da luta travada e da consolidação de uma organização coletiva camponesa florestal sobre ambiente de produção capitalista agropecuário falido, a COAF já representa uma vitória dos movimentos sociais dos camponeses da floresta. Por estar atuando há mais de seis anos, já demonstram sua capacidade organizativa e gerencial, numa organização na qual os interesses coletivos superam os interesses individuais. Esta é a realidade que vimos na COAF, enquanto organização coletiva com fins de ganhos para seus associados e que tende a se firmar nesta microrregião central da Amazônia-acreana, expressando lições do sentido do movimento da *luta na terra*.

A estrutura descentralizada da organização, como já vimos noutras, promove maiores dinâmicas internas, fazendo com que cada núcleo seja responsável pelo seu próprio desempenho. Isso é um ponto de extrema positividade. Noutra questão, referimos a formação dos entrepostos, pois além de viabilizar a vida do trabalhador tem o mérito de ser ponto de apoio aos trabalhos na difusão das idéias associativistas e cooperativistas. Nisso, otimizaram e sofisticaram as relações do antigo sistema de aviamento, para mecanismos de apoio ao camponês da florestal, e também como processo educativo inicial para a organização comunitária. Portanto, o trabalho feito pelos difusores, torna-se um referencial, pois a proximidade social destes (seringueiros que já participam de organização associativista) com os sujeitos a serem abordados na floresta, facilita a comunicação. Certamente, aí residem dimensões de uma pedagogia vivida no âmbito desses movimentos sociais locais, que é merecedora de investigação própria.

12.11 A COOPERIACO

A Cooperativa Agroextrativista dos Produtores Rurais do Vale do Rio Iaco – COOPERIACO, é uma organização coletiva de caráter comercial, sem fins lucrativos, mas que busca ganhos aos seus associados. A ela somente podem se associar trabalhadores que vivem em áreas de práticas extrativistas ou agropecuárias, sob regime do *trabalho familiar* e que estejam no *território de ação da organização*.

No momento em que pesquisamos (2002), a organização contava com 218 famílias cooperadas, o que significava um envolvimento de aproximadamente 1.600 pessoas.

Nessa organização, os trabalhadores podem se associar diretamente a ela, porém o incentivo é para que estes se organizem em associações comunitárias e se vinculem à Cooperativa.

O trecho da BR-364 na parte Norte do município de Sena Madureira, rumo ao oeste do Estado, caracteriza-se por estar ocupado por territórios de reprodução predominantemente de camponeses da lavoura e fazendeiros. Aí se localiza uma parcela dos associados. Contudo, sendo que a maior extensão do território microrregional está coberto por florestas e cortados por rios, outra parcela significativa de associados é formada por camponeses da floresta. Com estas condições destacam-se como principais produtos extrativos da Cooperativa, a castanha-do-brasil, pequena produção de borracha e agrícola (farinha-de-mandioca, arroz e milho) de áreas florestais. Já das áreas de colonização vêm produtos como o arroz, o milho, a farinha-de-mandioca, o café e o feijão.

A Cooperativa dispõe, no espaço urbano da cidade de Sena Madureira, de um prédio sede (alugado), de uma beneficiadora e uma empacotadora de arroz. Nesse local funciona a administração e uma pequena mercearia de gêneros alimentícios e ferramentas, a serviço de fornecimento dos cooperados (com dez por cento de desconto nas compras). Esta mercearia é também aberta à comunidade madureirense, sendo o local de comercialização de parte dos produtos da organização como o arroz, o milho, o feijão e a farinha-de-mandioca.

No âmbito da assistência aos associados, oferecem orientações econômicas e formação política junto a órgãos estaduais e à CPT/AC. Já a garantia de preço ao produto dos associados somente é oferecida quando há parceria com o Governo do Estado ou com empresas compradoras. Para o transporte no atendimento ao associado, a cooperativa dispõe de um barco, mas viabiliza meios de transporte por terra sempre que necessário. Quando há um núcleo de organização comunitária em áreas mais distantes na floresta, procuram viabilizar a implantação de cantinas, que são pequenas mercearias e postos de compra de produtos locais e venda de mercadorias vindas da cidade (semelhantes aos “entrepósitos” da COAF).

Apesar de ser uma Cooperativa recentemente fundada, o trabalho de incentivo à organização é resultado de mais de uma década. Esse trabalho tem sido feito pela pastoral católica, tanto pela CPT como na ação pastoral do vigário local – Padre Paulino Baldassari (que atua nesse município há mais de quarenta anos). Tais raízes se explicam, pois, ao questionar o Presidente sobre a origem da Cooperativa, este exclama: “Ai do povo se não fosse esses movimentos e o trabalho do padre!”. Na verdade isso se deve à questão de que, de forma geral, a Igreja Católica no trabalho deste Padre, esteve na raiz de toda organização de movimentos sociais em Sena Madureira. Quase todas as associações localizadas no espaço

agrário (*campo e floresta*) foram fundadas a partir desse trabalho de pastoral. Com uma maior autonomia do STR local (fundado também em 1975), já na década de 1980 houve a efetiva participação do trabalho sindical ao lado da pastoral católica em defesa dos trabalhadores.

Ademais, perante os problemas que já se acumulavam na “Cooperativa Agroextrativista dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira” (atual Cooperativa Chico Mendes), havia insatisfação gerada em meio aos movimentos sociais rurais de Sena Madureira. Assim, já em 1998, os trabalhadores rurais que participavam do movimento sentiram necessidade de se unirem para garantir a venda de seus produtos. Produzia-se muito, mas não havia como escoar a produção e vendê-la em condições de ganho para o produtor. Daí, partindo de organizações (associações) que já existiam, juntamente com a CPT e com incentivos de órgãos do Governo Estadual, apoiados pela Igreja Católica e pela STR local, iniciam o processo de formação de uma cooperativa voltada para atender esses aspectos.

No dia 24 de maio de 1999 foi oficializada a criação da COOPERIACO. A opção por cooperativa veio da meta de ter uma organização apta a atuar no mercado. Instituíam-se a administração baseada em diretoria composta de forma hierárquica a partir do presidente e de mais doze componentes, em um período de quase inoperância da antiga “Cooperativa Agroextrativista dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira”. Essa cooperativa nascia, assim, sob o propósito de reunir camponeses do Município de Sena Madureira e adjacências, promovendo ganhos coletivos diversos (econômicos, políticos etc.). Os objetivos primordiais definidos eram: o estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas de caráter comum; a venda comum da produção agrícola, pecuária ou extrativista nos mercados locais, nacionais ou internacionais, além do incentivo ao associativismo entre grupos de associados.

O capital inicial veio da cobrança das quotas-partes e de convênio com o Governo do Estado, no qual firmou-se base para a constituição do capital fixo da organização. Já o capital circulante tem vindo de fomentos anuais obtidos, de repasses do Governo do Estado, de empresas compradoras da castanha-do-brasil ou, ainda, do movimento geral da organização.

A Cooperativa, em sua ação na cidade, gerou quatro empregos diretos (com carteira assinada), e em certas épocas do ano gera até uma dezena de ocupações temporárias. Todavia, a preocupação primordial da Cooperativa tem sido na organização da produção e até na orientação higiênica para os cooperados, na produção de suas mercadorias, buscando chegar a um padrão de qualidade comercializável. Tudo isso, como constatamos, apesar de

estar cumprindo um importante papel no desenvolvimento do município, tanto na área rural como na urbana, não teve nenhum apoio do Governo Municipal.

Como atuam através da produção agrícola e extrativista, apenas alguns produtos extrativos (castanha-do-brasil e borracha) são exclusivamente comercializados fora de seu território de ação. Quanto às demais, por volta de setenta por cento são vendidas no mercado local no município e na capital do Estado. Apesar de serem iniciantes, já em 2001 movimentavam razoável volume de mercadorias no mercado (Tabela 3).

Tabela 3:
Movimentos na venda de produtos na COOPERIACO (em Reais - R\$), em 2001

Mês	Armazém	Farinha	Feijão	Arroz	Café
J	-	-	-	-	-
F	1.975,01	75,24	151,20	573,60	-
M	4.266,10	331,85	54,40	3.318,90	-
A	250,50	2.078,86	7,80	1.667,70	-
M	604,25	6.426,55	49,80	1.846,00	830,00
J	541,60	167,90	85,30	1.517,60	-
J	417,40	319,90	263,80	2.636,00	-
A	1.229,40	663,55	708,00	4.254,30	-
S	403,65	752,69	46,00	865,30	-
O	470,35	398,20	302,60	1.111,90	-
N	2.728,45	308,40	1.369,30	1.190,00	-
D	1.652,78	210,45	432,00	724,50	-

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002. Elaborado por Silvio Simione da Silva.

Vejamos agora a questão das compras (Tabela 4):

Tabela 4:
Movimentos de compras na COOPERIACO (em Reais, R\$) em 2001

Mês	Farinha de mandioca		Feijão		Arroz em palha		Borracha		Castanha do Brasil	
	Kg	R\$	Kg	R\$	Kg	R\$	Ton.	R\$	Latas	R\$
Set.	1.040	356,60	1.222	470,12	2.212	209,45				
Out.	4.207	1.432,98	1.590	764,64	9.422	2.826,84				
Nov.	8.364	2.813,48	-	-	16.327	5.215,10				
Dez.	15.932	5.550,12	73	29,20	11.344	3.403,28	60	-	6.000	-

Fonte: Pesquisa de Campo, 2002. Elaborado por Silvio Simione da Silva.

Observa-se que o movimento no armazém (mercearia), com a venda de gêneros alimentícios, apresenta volume razoável para o tamanho do empreendimento. Ainda cabe salientar que os produtos expostos nas quatro últimas colunas provêm da produção local, em que, na maioria, são beneficiados e comercializados no próprio município. Isso significa

maior dinamicidade da economia local e garantia de mercado para o produto do trabalhador, inicialmente no próprio município. Por outro lado, é do armazém que sai mercadorias para abastecer as cantinas nas associações em áreas distantes.

Na Tabela 4, referimo-nos apenas aos meses em que houve compras.

Na comparação das duas tabelas, cabe ressaltar que o montante vendido em 2001 é resultado das compras em 2000. Já o montante comprado em 2001, somente aparecerá no balanço do ano seguinte, o que no momento da pesquisa de campo não estava disponibilizado.

Como vimos, a COOPERIACO surgiu a partir da organização de camponeses, sob apoio do trabalho de pastoral e, em especial, da CPT/AC, do STR local e do Governo do Estado. Assim, são com estas entidades que se firmam as principais parcerias. Essas parcerias atuam no oferecimento de treinamentos para melhoria dos produtos dos associados, mas também nas próprias condições de vida familiar. Destacam-se, p.e., treinamentos para manutenção da boa qualidade do produto na culinária, para melhor aproveitamento de produtos alimentícios locais, em cortes de costura e em técnicas preventivas de saúde popular, sobretudo em cuidados higiênicos.

Enfim, a COOPERIACO é exemplo de uma organização que, mesmo nas condições em que surgiu, traça seu caminho com certa autonomia. O incentivo à diversificação da produção e a não fixação de um produto considerado “carro chefe” estabelecem condições de maior amplitude e dinamicidade na ocupação de lugares no mercado local. O ponto fundamental que aqui queremos frisar está na preocupação primordial que estabelece com o mercado local. Estamos certos de que, ao priorizar o comércio local para depois buscar outras escalas mercadológicas, estão gerando maior estabilidade no setor de comercialização de seus produtos, pois quando consumarem mercados em escalas externas, em qualquer eventualidade que abalar o volume comercializado, já terá no mercado local um contraponto a dar vazão ao montante produzido e gerando retornos monetários aos produtores, até que tudo volte a se normalizar. Isso redundará no que já ressaltamos, em dimensões globais de uma *auto-sustentabilidade* à organização, e num mecanismo de enfrentamento de mercado.

É nessa priorização ao mercado local que está a principal especificidade da COOPERIACO. Sua atuação tem demonstrado que há outras formas de inserção no mercado, que não unicamente a busca por escalas mercadológicas distantes com certos produtos de grande aceitação comercial. Assim, antes dos “nichos de mercados distantes”, estão prezando por produtos de qualidades orgânicas (o que já vem expresso nas embalagens de arroz e da farinha-de-mandioca), mas que possam ser adquiridos no mercado local por moradores (da

cidade, do campo ou da floresta), a preço condizente com a realidade dos ganhos locais. Vemos nisso as maiores contribuições dessa experiência organizativa aos movimentos sociais camponeses.

12.12 – CASAVAJ

A Cooperativa das Associações dos Seringueiros e Agricultores do Vale do Juruá – CASAVAJ, é uma organização sem fins lucrativos, mas com finalidade de ganhos para seus cooperados, regida por princípios cooperativistas e associativistas. Sua sede fica na cidade de Cruzeiro do Sul, mas sua base territorial de sustentação – os núcleos camponeses organizados em *associações e sociedades agrícolas* – ficam em áreas de *campo e floresta* dos municípios de Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Mal. Thaumaturgo e Guajará (no Sul do Amazonas).

Aqui o processo de filiação somente é permitido a organizações comunitárias de trabalhadores camponeses no extrativismo ou na agricultura, não aceitando a filiação individual. Com isso busca-se fortalecer a organização da própria comunidade, a partir de maior interação desses camponeses no âmbito territorial de sua realidade vivida.

No momento que procedemos a esta pesquisa (2002), a CASAVAJ congregava ações de vinte entidades, sendo: dezoito associações ou sociedades agrícolas, uma cooperativa de produtores de guaraná e um sindicato de trabalhadores rurais. Atende aproximadamente 4.000 pessoas, sendo que noventa por cento vive em ambientes agrários, como antigos seringais, projetos de assentamentos, antigas colônias agrícolas e reserva extrativista (RESEX Alto Juruá).

Apesar de recente, a CASAVAJ já é uma das organizações de maior destaque no contexto dos movimentos de organização dos trabalhadores camponeses, na busca por alternativas para permanecer na terra. Contudo, a Cooperativa ainda não tem um prédio próprio na cidade. Ocupa uma sala de uma galeria comercial de propriedade da Diocese Local, e utiliza parte do armazém da CAGEACRE (Companhia de Armazéns Gerais do Acre), cedido pelo Governo Estadual para estocagem e empacotamento da produção.

Do ponto de vista operacional, na cidade centralizam apenas ações de padronização do produto (seleção, classificação e embalagem), comercialização e administração geral. Todo o processo de produção, fabricação e beneficiamento da farinha-de-mandioca e de outros produtos ocorre em ambientes agrários, nos núcleos associativos. Isso traz a vantagem de ter uma estrutura organizacional “leve”, implicando em poucos gastos,

mas com bom funcionamento. Ademais, vemos como fundamental a capacidade inovadora de administração da atual diretoria dessa Cooperativa.

A CASAVAJ foi fundada em 16 de março de 1999, após forte trabalho de base da CPT/AC e do STR de Cruzeiro do Sul e com pleno apoio do Conselho Nacional do Seringueiro (CNS). A importância desses agentes de apoio à organização da luta é evidente, pois a reunião de fundação realizou-se no Centro de Treinamento da Diocese de Cruzeiro do Sul, aberta pelo coordenador da CPT local (na época o Sr. Valdemir Alves de Souza Neto). Contavam então com a presença do Presidente do STR local, de representante do CNS, de representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre (FETACRE), e do representante da COOPEC¹³ (que na época ainda atuava sob metas de agir como uma “central de comercialização das organizações coletivas regionais”). Sendo que esta reunião foi presidida pelos representantes da CPT e da COOPEC.

Com a aprovação do Estatuto, definiu-se como sua área de ação a microrregião geográfica de Cruzeiro do Sul e o município amazonense de Guajará. A sede ficaria na cidade acreana. Esta localização se deve também à questão de ser Cruzeiro do Sul o principal centro econômico local e, de certa forma, onde concentra as principais ações do Governo Estadual Acreano na parte oeste do Estado.

Nesse termo, definiu seus objetivos fundamentais em: beneficiar, industrializar e comercializar a produção dos associados; organizar a produção, viabilizando recursos para tanto; e promover a capacitação dos associados. Partiam de um pressuposto de que para realizar essas ações tinham que ter uma organização atuante, reivindicativa e aberta às demais associações do Vale do Juruá (que não estiveram presentes na reunião de fundação). Portanto, mesmo já instituída, estava acessível a outras filiações, desde que a solicitação passasse por avaliação da diretoria e, em seguida, pela aprovação na Assembléia Geral.

Com a Cooperativa já oficializada, definiam-se bases para seu funcionamento, mormente o rateio dos possíveis ganhos a serem obtidos. Assim, quando ao final do exercício anual ocorrem sobras, estas serão rateadas nas seguintes proporções: 10% irá para o fundo de reserva da organização; 5%, para o fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES); 2%, para o aumento de seu capital social; e, os 83% restantes poderão ser divididos entre os associados ou, ainda, esses decidirão como melhor empregá-los. A importância de estabelecer esses encaminhamentos se justifica por ser uma forma de

¹³ - Esse representante da COOPEC foi o *saudoso* Jean-Pierre Minghan, que depois ocuparia também o cargo de coordenador regional da CPT/AC até 2001, ano de seu falecimento.

não haver desconfiança sobre o que caberá aos associados e o que ficará retido para outros fins.

Assim, na Assembléia Ordinária do exercício do ano de 2001, a apresentação do balanço já apontava certos avanços materiais conseguidos nos dois anos iniciais de atividade. Destacavam: a conquista de novos mercados para seus produtos; a participação em licitações do Estado e da União; o início da padronização de qualidade de seus produtos; a legalização documentária junto ao Ministério da Agricultura; a melhoria na estrutura de suas bases físicas; a aquisição de maquinários; e a viabilização de capital de giro através de convênio com o Estado e com o Programa Amazônia Solidária. Com isso, consolidou-se as bases para maiores avanços, tais como na orientação aos associados em diversificação produtiva com o propósito de quebrar a dependência de um único produto.

Nas conquistas sociais obtidas notamos que, atualmente, todas as comunidades onde há núcleos da CASAVAJ dispõem de escola (pelo menos de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental). Algumas delas também servem como postos de saúde, em que agentes treinados fazem atendimento. A maioria dessas situações já são conquistas da organização comunitária no âmbito de suas lutas e reivindicações políticas.

Dentre os associados, há grupos que trabalham na agricultura com mandioca, milho, feijão, guaraná e arroz; na agrossilvicultura já iniciam trabalhos com cupuaçu, pupunha e outras espécies amazônicas. Em geral, todos praticam a pequena pecuária com a criação de avícolas, suínos e bovinos, voltados para o autoconsumo. No extrativismo, atuam com a extração da borracha, a coleta de semente de espécies amazônicas, a coleta do “coco de murmurú” (espécie de palmeira “espinhenta” regional), a extração de óleo de copaíba, a extração do cipó (para artesanato, vassouras, peneiras etc), ervas medicinais (como a casca de “unha de gato”). Daí, embora ainda não estejam comercializando grande variedade, difundem entre seus cooperados a importância da diversificação produtiva tanto em culturas agrícolas como em práticas de agrossilvícolas e agroextrativas. Com esse quadro produtivo, no princípio do século XXI, no âmbito da aquisição do produto ao produtor, seguramente é a CASAVAJ quem paga os melhores preços na praça comercial de Cruzeiro do Sul.

Todavia, o produto fundamental da Cooperativa é a farinha-de-mandioca, “tipo Cruzeiro do Sul” (seria um padrão especial, “tipo 1”). Há muito tempo a farinha produzida nessa microrregião do Estado é considerada uma das melhores da Amazônia. Isso faz do nome “farinha de Cruzeiro do Sul” um padrão classificatório de qualidade para o produto na Região da Amazônia Sul-Occidental (Acre, Rondônia e parte do Amazonas).

Essa farinha-de-mandioca da CASAVAJ é industrializada na própria região, em processos totalmente descentralizados. Nas associações “ralam a mandioca” e procedem à “torra do produto” (torrefação – secagem em forno aquecido a lenha), depois embalando em sacas de sessenta quilos. Já na cidade de Cruzeiro do Sul, fazem o empacotamento e a padronização do produto em embalagem de diversos calibres e padrões estéticos (sacos plásticos e de papel ou luxuosas embalagens em latas decoradas). Essas pequenas indústrias situadas em áreas do *campo* ou da *floresta* são de propriedade das próprias associações. Já os implementos de trabalho na cidade são da Cooperativa, sendo parte do capital fixo coletivo já conquistado.

No setor produtivo, a cooperativa apóia seus associados com transporte por água (barco) e por terra (caminhão). Dispõe de dois armazéns no espaço agrário para atendimento aos associados. Na cidade, através de um convênio com o Estado, tem garantido, no prédio da CAGEACRE, espaço para armazenar, padronizar e empacotar sua produção.

Já no âmbito dos núcleos descentralizados a estrutura é bastante diversificada. A maioria das associações dispõe de “casas de farinhas” com capacidade para atender a todos (são pequenas indústrias para o beneficiamento da mandioca – em edificação melhorada através de incentivos e financiamentos do Governo de Estado). Por volta de quatro associações possuem beneficiadora de arroz (regionalmente chamada de “peladeira de arroz”) e trituradores para cereais. Apenas uma associação dispõe de trilhadeira e a Cooperativa de Produtores de Guaraná possui os implementos para o beneficiamento de sua produção.

Com essa estrutura descentralizada não há trabalhadores contratados efetivamente. Em épocas de grande necessidade, pagam-se diaristas.

Disso advém os bons resultados da cooperativa nesses poucos anos de funcionamento. Vê-se então o crescimento de seu patrimônio, apresentado nos balancetes dos três primeiros anos. Em 1999, inicia-se com um capital de R\$ 15.533,52. Em 2000 fecha o ano com R\$ 194.533,12. Em 2001, no mês de setembro, já apresentava um saldo bruto de R\$ 303.400,42¹⁴ (o que demonstra um montante razoável da movimentação da organização). Todavia, esse crescimento nos dois primeiros anos deve-se à montagem de infra-estrutura básica e de recursos vindos dos projetos iniciais da organização (alguns de financiamentos estrangeiros a fundo perdido). Do ano de 2000 para 2001, firmaram importantes convênios com o Estado e a aprovação do financiamento de dois projetos que, ao todo, significavam a entrada de mais R\$ 166.877,50 para o capital circulante da Cooperativa.

¹⁴ - Vale ressaltar que, desse montante, há um capital já consolidado em 2001. Conforme o balanço do mês de setembro o ativo fixo era de R\$ 71.488,12, mais o ativo circulante que era de R\$ 41.7488,12.

Os mercados para seus produtos estão distribuídos em escala local – Cruzeiro do Sul e cidades vizinhas; em escala estadual, em Rio Branco; e em escala regional, especialmente a cidade de Manaus e Porto Velho. Todavia, já atingem escala nacional com a venda da farinha-de-mandioca para cidades nordestinas, como Fortaleza.

Desses aspectos, no âmbito do mercado e de seu significado para novas metas do conjunto da organização, vemos pontos de conquistas, porém com maior imbricação na subordinação ao capital financiador. De modo geral, o que se pode compreender é que, até o momento da pesquisa, conforme as perspectivas dos dirigentes, o crescimento vem tanto de ajudas e parcerias externas como da seriedade e compromisso dos cooperados. Isso faz essa organização ter credibilidade para acessar tais incentivos. Então, entendemos que a CASAVAJ atua num grau de maturidade política suficiente para traçar caminhos com autonomia organizativa no âmbito da produção e circulação, mas também da *luta na terra* e da sociedade em geral.

As parcerias ocorreram desde o princípio da organização na formação do capital inicial, formado a partir da aprovação de projetos junto à MESEREOR e a outras organizações solidárias internacionais. Tudo isso gerou sobras que passaram a formar o ativo circulante da Cooperativa. Porém, os recursos iniciais vieram mesmo das quotas-parte pagas pelas associações. A quota-parte teve valor fixado em R\$ 1,00, sendo que a contribuição de cada associação variou entre um mil a duas mil quotas-partes.

Já quanto à articulação no movimento da *luta na terra* se tem feito bons trabalhos e negócios com outras cooperativas e com centrais de associações, destacando-se a parceria com a COOPEC de Rio Branco, na colocação de seus produtos no mercado da capital ou no início de “exportação” ao Centro-Sul e Nordeste; com a CAPEB e o Projeto RECA obteve-se trocas de experiências e apoio na organização da Cooperativa e na diversificação produtiva para os associados. Já com a Cooperativa Chico Mendes efetuam a venda da produção da borracha.

No município, não há nenhuma forma de apoio ou parceria estabelecida com o Governo Municipal de Cruzeiro do Sul ou dos municípios vizinhos. No âmbito estadual houve convênios com o Governo de Estado para a compra da produção e também com a SEATER-GP, Secretária Estadual de Produção; Secretária Estadual de Saúde etc., com apoio efetivo.

Cabe ainda ressaltar que grandes parceiros nesse processo de formação e consolidação têm sido a Comissão Pastoral da Terra e o STR/Cruzeiro do Sul. Juntos foram responsáveis pelas reuniões e mobilizações dos interessados, no início da organização. O

apoio político do STR tem sido fundamental na força de articulação que o movimento já apresenta. Da CPT proveio os treinamentos de formação política e administrativa, a assessoria jurídica para legalização da cooperativa e a ajuda no encaminhamento a projeto de financiamento junto a instituições solidárias internacionais.

Assim sendo, vimos que a estrutura descentralizada da CASAVAJ é, sem dúvida, o ponto mais importante e a maior contribuição que oferecem aos movimentos sociais camponeses amazônicos-acreanos. Isso se consuma numa realidade em que dividem responsabilidades entre todas as partes envolvidas, o que torna o crescimento mais equitativo, porém diversificado conforme os esforços de cada organização. No conjunto da estrutura montada, tem-se um peso menor, pois não onera o caixa da Cooperativa com o quadro de funcionários. Se por um lado, não cria empregos diretos na cidade, criam ocupações na *floresta* e no *campo* e não “incentivam” a vinda de seus associados para a cidade, prestar serviços em atividades industriais, como ocorre em outras organizações. Entretanto esta é uma situação atual; perante o crescimento da organização, as novas situações poderão implicar em maiores diversificações nesses setores.

Talvez o maior desafio no momento está na questão do mercado local. Como a farinha-de-mandioca é um produto muito difundido na região, a quantidade disponível no mercado é muito grande. Por outro lado, para colocar a sua mercadoria, a CASAVAJ, através da padronização e embalagem da farinha-de-mandioca, eleva o custo do produto final, refletindo no preço ao consumidor, pesando na concorrência, pois os outros fornecedores que não fazem tais beneficiamentos em suas mercadorias, as vendem a preços mais baixos. Então, numa sociedade em que o baixo poder aquisitivo caracteriza a maioria da população, o maior atrativo está no preço e não na garantia da qualidade do produto.

Esperamos, nos próximos anos, que a Cooperativa se consolide com maior poder de autonomia em suas ações financeiras em diversas escalas de mercado. Para isso terá que firmar maior limite no ativo fixo e criar estratégias de articulação no mercado para a obtenção de capital circulante necessário anualmente. Referimo-nos, p.e., ao aproveitamento do mercado local, assim como ao mecanismo de negociação de parte do capital de giro para as compras anuais com os próprios compradores, com adiantamento para a aquisição dos produtos dos associados. Este caráter representará seu poder de organização e articulação econômica e territorial, na ampliação dos espaços vivenciais de seus representados, no âmbito da maior amplitude de escalas mercadológicas.

Isso não é apenas uma visão prognóstica que fazemos. Sob esses propósitos na CASAVAJ, acreditamos que a “autonomia da organização” está sendo construída. Isso se

dá nas condições de barganha no mercado, como também na formação de sujeitos mais conscientes politicamente, para agir na cooperativa e na sociedade em geral.

*** * ***

No âmbito geral, esta é a realidade do *movimento de luta na terra*. No caminho da luta há distâncias percorridas, mas ainda há muito mais a percorrer.

Finalizando, julgamos necessário apenas um alerta para não entrar nos *descaminhos* que podem aparecer: em algumas situações, a preocupação de sempre estar atendendo às regras de comercialização (como quantidade, padrões de qualidade, tipos de produtos etc.) pode tornar a formação política no seio do cooperativismo e do associativismo menos formadora de uma consciência libertadora e mais de formação à subserviência aos ditames do mercado. Se esta não é a realidade de todas as organizações coletivas e comunitárias da Amazônia-acreana, é pelo menos de algumas. Daí vemos a importância dos trabalhos de formação serem feitos em conjunto com os STRs e com a CPT/AC, pois não se trata de uma *formação para o mercado*, mas para *viver em condições de agir ativamente, inclusive no mercado*.

Com isso, agora podemos passar à compreensão da realidade do espaço agrário acreano, perante as mudanças processadas no âmbito das políticas de desenvolvimento regional recente.

U'